

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE

**PERCEPÇÕES DE PARTICIPANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO
DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES SOBRE A PROMOÇÃO
DOS DIREITOS DAS MULHERES**

Olga Brigitte Oliva de Araújo

Monografia apresentada ao Programa de graduação em Educação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Pedagoga.

BRASILIA, JULHO DE 2011

Comissão julgadora

Prof. Dr.
Orientador

Prof. Dr.
Membro

Prof. Dr.
Membro

Brasília, _____

Agradecimentos

Nos bastidores desse trabalho monográfico está envolvida uma rede de pessoas que colaboraram de forma relevante para a concretização desse projeto, seja pela troca de saberes, ou no apóio material e emocional. Nesse sentido, agradeço especialmente:

À Profª Wivian Weller pelo incentivo ao envolvimento em projetos de pesquisa e ao desenvolvimento da minha autonomia no decorrer da minha graduação;

Às minhas colegas Promotoras Legais Populares pelos momentos de aprendizagem, pelo carinho e confiança para comigo;

Às amigas e amigos do Projeto de Gênero e Cidadania por serem exemplos de perseverança e comprometimento na realização do Curso de formação de PLPs;

Ao grupo PET-EDU pelo estímulo e pelo engajamento na luta pela construção de uma sociedade solidária e inclusiva;

A todos os familiares e amigos/as pelo incentivo, apóio e atenção.

RESUMO

A presente pesquisa visa conhecer a experiência de formação de mulheres que participaram do Curso de Capacitação de Promotora Legais Populares (PLPs) do Distrito Federal, no ano de 2010. Tal curso é uma ação afirmativa em gênero realizado através da parceria firmada entre a Universidade de Brasília, o Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares e a Agende (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento). No decorrer do trabalho de campo foram realizados grupos de discussão com as mulheres na fase final do curso de formação de PLPs com intuito de analisar as orientações coletivas delas sobre esse curso e a respeito da atuação social enquanto PLPs. Além disso, buscou-se verificar como as temáticas aprendidas no curso têm sido trabalhadas no seu cotidiano familiar, comunitário e profissional. A partir da análise dos grupos de discussão observou-se que o curso de formação de PLPs é visto como espaço de ampliação de conhecimentos sobre os direitos das mulheres, de empoderamento pessoal, instrumentalização para o enfrentamento de situações de violência e de aperfeiçoamento acadêmico e profissional. No que se refere à perspectiva de atuação, as PLPs relatam que se sentem preparadas para intervir, orientar e prestar informações sobre os instrumentos legais e serviços às mulheres em situação de violência doméstica. Contudo, elas consideram que deveria haver algum suporte institucional para a atuação das mulheres que se formam Promotoras Legais Populares, visto que a atuação comunitária, de forma desarticulada com outros espaços sociais, tem inibido a atuação delas frente a casos de violência doméstica na sua comunidade por receio de ficarem sujeitas a algum tipo de retaliação por parte dos companheiros das mulheres que elas têm orientado. Além da atuação comunitária, as PLPs têm promovido discussão sobre temas relacionados à violência doméstica e homofobia no seu cotidiano familiar e profissional.

Palavras-chave: promotoras legais populares (PLPs), curso de formação de PLPs e promoção dos direitos das mulheres.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGENDE: Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

CEDAW: Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

FE: Faculdade de Educação

FA: Faculdade de Direito

GERAJU: Gênero, Raça/Etnia e Juventude

MPDFT: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

NPJ: Núcleo de Práticas Jurídicas

PAC: Projeto de Ação Continuada

PLPs: Promotoras Legais Populares

PNPM: Plano Nacional de Políticas para Mulheres

ONG: Organizações Não Governamentais

ONU: Organizações das Nações Unidas

PIC: Programa de Iniciação Científica

SIM: Serviço de Informação a Mulher

SPM: Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres

UnB: Universidade de Brasília

UNIFEM: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

RESUMO	4
Memorial: VIVÊNCIAS ACADÊMICAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
1. MULHERES E LUTAS POR DIREITOS.....	12
1.1 Trajetória do Movimento Feminista	12
1.2 O Curso de formação de Promotoras Legais Populares.....	18
2. APORTES TEORICOS E METODOLÓGICOS	20
2.1 A Sociologia do Conhecimento e o Método Documentário de Interpretação.....	20
2.2 Grupos de discussão	21
3. TRABALHO DE CAMPO	24
3.1 O Curso de Formação de PLPs do DF.....	24
3.2 Estruturação da Pesquisa	26
3.3 Grupos de discussão: descrição das entrevistadas	27
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.1 A busca pelo curso de formação de PLPS	30
4.2 Enfrentamento da violência contra a mulher: possibilidades e limites	35
4.3 Aplicação dos conhecimentos no cotidiano comunitário, profissional e familiar.....	42
5.1 CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	56
ANEXOS	57
ANEXO I - Roteiro - Grupos De Discussão.....	57
ANEXO II - Questionário.....	58

Memorial: VIVÊNCIAS ACADÊMICAS

Recordo que ingressei na Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2006, com a idéia de querer aproveitar todas as oportunidades que ele podia me oferecer de modo que, ao longo da trajetória, busquei transitar por diversos departamentos, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Já no primeiro semestre, me inseri no Programa Conexões de Saberes, voltado para promoção da permanência dos estudantes de origem popular na universidade através da inserção dos seus participantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como bolsista desse programa, tive a oportunidade de participar de grupos de estudo sobre o tema juventude e políticas públicas e desenvolver pesquisa nessa área com outros integrantes do projeto. No campo da extensão, pude desenvolver projeto com jovens de comunidades populares do DF como, por exemplo, o fórum de discussão com jovens do movimento Hip-Hop do Paranoá e uma oficina de Orientação Vocacional Profissional no Núcleo de Extensão de Santa Maria. Considero que a participação nesse programa contribuiu para a minha auto-afirmação como estudante de origem popular e uma via de acesso para a articulação entre os saberes acadêmicos e populares.

Um semestre após ter ingressado na universidade, passei a morar na Casa do Estudante (CEU) da UnB devido às dificuldades que estava tendo no deslocamento da universidade para o Núcleo Rural no qual reside minha família. A partir da mudança para a CEU passei a acompanhar a rotina da universidade mais de perto, bem como, vivenciar as problemáticas dos estudantes de baixa renda devido às limitações da política assistência estudantil em garantir o direito ao transporte, a moradia, a alimentação e renda para esses estudantes. Devido a tal situação, me engajei na AMCEU (Associação dos Moradores da Casa do Estudante), com o objetivo de dar visibilidade às demandas dos moradores da CEU e reivindicar políticas universitárias que garantissem a nossa permanência com qualidade. Por dois anos, acumulei a rotina de estudante com a de membro da gestão da AMCEU, de forma que quando não estava em atividades de ensino, pesquisa e extensão, estava em reuniões na reitoria buscando resolver alguma demanda dos moradores da CEU. Durante a participação na gestão, ficou claro para mim que os avanços que tivemos só foram possíveis devido a mobilização dos estudantes e a nossa inserção nos espaços políticos de decisões.

Aos longos dos cinco anos de UnB, também tive a oportunidade de conhecer várias regiões do Brasil nas viagens para os encontros das casas de estudante, para seminários do Programa Conexões, do Programa de Educação Tutorial (PET), para a SBPC (Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica) e para o Projeto Rondon. Dentre as viagens mais ricas em aprendizados está a que fiz pelo Projeto Rondon, no ano de 2007, com um grupo de estudantes e professores participantes deste projeto, para o município de Umbaúba–SE, com objetivo de pensar projetos junto aos gestores e a comunidade local voltados para a promoção de diversas áreas, como, por exemplo, educação, saúde e meio ambiente. Ficamos quinze dias em Umbaúba, conhecendo a realidade do município, trocando saberes com a população e desenvolvendo oficinas com a comunidade e com gestores locais. Uma das oficinas que mais gostei de realizar foi a de construção de projetos com lideranças juvenis, tendo em vista a escassez de políticas públicas voltadas para os jovens do município e as dificuldades desses em relação ao acesso à cultura, ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Participar do projeto Rondon foi uma boa oportunidade para exercitar a escuta sensível das demandas da comunidade e de unir forças entre a universidade e o município em prol da melhoria de vida da população.

No que se refere ao campo da pesquisa, uma das experiências mais significativas foi poder participar do Programa de Iniciação Científica (PIC) em 2008, vinculado ao projeto “Trajetória escolar e familiar de jovens-mulheres cotistas da UnB”. Nesse período, o debate sobre cotas raciais estava em alta e muitas pesquisas sobre esse tema estavam em andamento em Instituições de Ensino Superior. O meu contato com a temática racial aconteceu antes de entrar na universidade por incentivo de um professor do pré-vestibular que escreveu a monografia dele sobre a construção histórica dos estereótipos relacionados aos povos negros e suas implicações para esse segmento social.

A partir desse novo olhar sobre as relações raciais e dos resultados da pesquisa que realizei sobre a experiência de estudantes negros cotistas pude compreender a importância das ações afirmativas e fortalecer meu posicionamento em defesa do sistema de cotas raciais na universidade. Essa experiência contribuiu para ampliar meu conhecimento a respeito do debate sobre as políticas de ações afirmativas de acesso e permanência de negros na universidade, bem como, de estudantes de escolhas públicas e de indígenas

O trânsito pelo espaço acadêmico também possibilitou entrar em contato com grupos feministas e com as discussões sobre gênero. A participação nesses espaços fez com que visse a importância do engajamento e participação social e da construção de uma relação de solidariedade entre homens e mulheres para a transformação das desigualdades de gênero e superação das situações de preconceito contra as mulheres.

Nesse mesmo período, comecei a participar de coletivos feministas na universidade, grupos de estudos e de atividades de extensão com o recorte de gênero, como por exemplo, do projeto de *Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Direito e Cidadania*, responsável pela realização do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) no DF. Em 2010, período em que estava participando do curso de formação de PLPs, surgiu o interesse em escrever a monografia sobre as experiências de formação das participantes do curso, bem como, suas percepções sobre a promoção dos direitos das mulheres. Foi enriquecedor poder concluir o curso de Pedagogia abordando experiências emancipadoras de educação jurídica popular de mulheres participantes do curso de PLPs.

INTRODUÇÃO

Em decorrência das mobilizações dos movimentos feministas nas últimas décadas, atualmente tem havido alguns avanços no sentido de resguardar os direitos das mulheres com a regulamentação dos ideais imbuídos nas principais convenções de que o Brasil é signatário. Tais convenções, como a CEDAW e a Convenção de Belém, dão visibilidade as mulheres como sujeitos de direitos e forçam o estado brasileiro a exercer o seu papel na criação de políticas de promoção e proteção dos direitos das mulheres.

Dentre as conquistas mais recentes, está a criação da Lei 11.340 de 2006 que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher; a reformulação do Código Civil em 2002 e do Código Penal em 2005; o estabelecimento de cotas partidárias para mulheres e a inserção da temática de gênero nos Parâmetros Curriculares Nacionais de (UNIFEM 2006).

Apesar da ampliação das conquistas relativas aos direitos das mulheres, uma parcela continua a ter seus direitos violados por falta de conhecimento dos mesmos, especialmente, aquelas que têm baixa renda e que tiveram poucas oportunidades de estudo. Parte-se da visão de que os direitos devem ser acessíveis a todos as categorias de mulheres e não apenas a um grupo privilegiado, visto que quanto mais pessoas conscientes dos seus direitos, maior a pressão sob o Estado para a garantia dos mesmos.

Há alguns anos, tem sido realizados projetos pela sociedade civil voltados para a propagação dos direitos das mulheres e do debate sobre as relações de gênero para além dos espaços institucionalizados, dentre os quais se destaca o projeto de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs). Esse projeto é uma prática educativa que visa capacitar mulheres de comunidade populares sobre seus direitos para serem multiplicadoras desses saberes na sua comunidade.

Com foco nesse projeto de PLPs, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as experiências de formação das mulheres que participaram do curso de formação de (PLPs) do DF, no ano de 2010, e suas visões sobre a promoção dos direitos das mulheres. Além disso, buscou-se tentar responder as seguintes questões:

- Quais os interesses das entrevistadas ao buscarem o curso de Promotoras Legais Populares e suas expectativas em relação a essa formação?

- Quais as estratégias das PLPs para fazer frente a violência contra a mulher e suas visões sobre essa problemática?
- Como as Promotoras Legais Populares têm aplicado os saberes aprendidos no curso de formação de PLPs no seu cotidiano familiar, comunitário e profissional?
- Quais os desafios a serem superados para que as mulheres possam ter seus direitos garantidos segundo as PLPs?

O primeiro capítulo desse trabalho, denominado mulheres e lutas por direitos, tem como objetivo apresentar a trajetória do feminismo enquanto movimento social de mulheres. Num segundo momento desse capítulo, será apresentado o Curso de formação de Promotoras Legais Populares.

O segundo capítulo apresenta os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a pesquisa, tais como, a sociologia do conhecimento, o método documentário de interpretação e os grupos de discussão.

O terceiro capítulo apresenta o caminho percorrido no trabalho de campo e como foi estruturada a pesquisa. Em seguida, é realizada uma descrição do perfil das participantes dos grupos de discussão.

O quarto capítulo apresenta a análise das orientações das entrevistadas. A primeira parte trata das orientações em relação ao ingresso no curso de PLPs e suas expectativas em relação a essa formação. A segunda parte analisa as percepções dos grupos sobre o enfrentamento da violência doméstica e suas estratégias de enfrentamento, enquanto PLPs em formação. A terceira parte desse capítulo aborda as experiências das entrevistadas de aplicação dos saberes no seu ambiente familiar, comunitário e profissional. Por último, analisa-se as visões das entrevistadas sobre os espaços em que as mulheres têm dificuldade de terem seus direitos garantidos.

As considerações finais retomam as principais discussões realizadas pelas participantes do curso de formação do PLPs. Espera-se que esse estudo possa contribuir para o aprimoramento de práticas educativas voltadas para o empoderamento de mulheres e suscite reflexões sobre estratégias para o enfrentamento das problemáticas das mulheres para garantirem seus direitos.

1. MULHERES E LUTAS POR DIREITOS

1.1 Trajetória do Movimento Feminista

O feminismo enquanto movimento social organizado tem conquistado, nas últimas décadas, direitos para as mulheres nos diversos campos sociais (políticos, trabalhistas, jurídicos etc.). A primeira onda feminista surge no ocidente, no final do século XIX, influenciada pelas idéias iluministas. Nesse período, as bandeiras de lutas estavam voltadas para a conquista da igualdade entre homens e mulheres no acesso aos direitos políticos e civis, tais como, o movimento sufragista e as mobilizações relativas ao acesso à educação e aos direitos trabalhistas (LOURO, 1998; COSTA, 2009).

Segundo Zetkin (1906), a demanda pela extensão do voto feminino relaciona-se às mudanças econômicas e sociais ocorridas na esfera trabalhista das mulheres em razão da expansão do sistema capitalista, como, por exemplo, a utilização da mão de obra das mulheres nos setores industriais. Nesse contexto, o direito ao voto significava maior autonomia econômica, reconhecimento social e liberdade para as mulheres tomarem suas decisões.

O movimento sufragista no Brasil, composto, majoritariamente, por mulheres brancas e de classe média, foi impulsionado pela fundação do Partido Republicano Feminino, por Deolinda Daltro, em 1910, e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por Berta Lutz, em 1919. A pressão dessas organizações sobre o Congresso Nacional e a divulgação das atividades do movimento na Imprensa contribuíram para a aprovação do voto feminino ano de 1932 (ALVES; PITANGUY, 1991; BANDEIRA, 2000).

Segundo Bandeira (2000), no campo trabalhista, também foram promovidas mobilizações pelas trabalhadoras e operárias, no início do século XX, em busca da redução das jornadas de trabalho, da equiparação salarial com os homens e da superação dos abusos patronais. Tais agitações contribuíram para a instituição do princípio da igualdade entre os sexos e da garantia da proteção ao trabalho da mulher pela CF de 1934. Contudo, o princípio da isonomia não perdurou por muito tempo visto que foi suprimido da CF de 1946 e só voltou a ser reinserido na CF de 1988.

No que se refere ao campo do jurídico relacionado ao direito de família, as mudanças ocorreram lentamente. Vale salientar que, por mais de 40 anos, vigorou o Código Civil de 1917, no qual a mulher casada fazia parte da categoria dos ditos

incapazes para a vida civil, juntamente com aos menores, os silvícolas e os alienados (ALVES; PITANGUY, 1991; BANDEIRA, 2000). Além disso, tal legislação atribuía ao homem a chefia da sociedade conjugal e poderes de controle sobre a sexualidade da mulher, como, por exemplo, a possibilidade de anular o casamento caso a mulher já tivesse tido relação sexual com outro homem (BANDEIRA, 2000). Essa compreensão jurídica perdurou até 1962, ano em que o referido código foi revogado.

A conquista do direito ao voto gerou uma desaceleração das mobilizações feministas durante o período do Estado Novo (1937-1945), por fatores internos ao movimento e em razão do cerceamento pelo Estado de manifestações populares (Alves; Pitanguy, 1991). Destaca-se, nesse contexto, a greve das trabalhadoras têxteis de Rio Tinto – PB, a fim de conseguirem benefícios para as trabalhadoras gestantes. Alguns desses direitos só foram conquistados em 1948 com a instituição da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), lei esta que regula a criação de creche para os filhos/as das trabalhadoras e a duração da jornada de trabalho (BANDEIRA, 2000).

Se, por um lado, a primeira onda feminista é uma vanguarda na conquista no campo da equidade de direitos, por outro, é conservadora no que se refere ao questionamento da divisão sexual do trabalho e da lógica patriarcal, problemáticas intrínsecas às assimetrias entre homens e mulheres (COSTA, 2009; BANDEIRA, 2000). Segundo Bandeira (2000), tais questões só viriam a aflorar no segundo momento do movimento feminista.

O período de 1960 a 1980, denominado de feminismo contemporâneo, é marcado pela ampliação das bandeiras de luta do movimento feminista, pela visibilidade das mulheres, pelo reconhecimento e adesão das suas demandas e pela heteroginização do movimento (BANDEIRA, 2000). Nesse contexto de luta pelo processo de democratização do país, emerge a segunda onda feminista, de forma articulada com outros movimentos sociais de resistência ao regime militar, em especial os partidos políticos de esquerda, o movimento estudantil e os setores progressistas da igreja católica. A relação entre esses movimentos era conflituosa, visto que uma parte das feministas defendia a autonomia ideológica e organizativa em relação a essas instituições (COSTA, 2009).

Em 1975 foi comemorado o Ano Internacional da Mulher pela ONU e esse é o marco de início da Década da Mulher. Neste ano, foram realizados debates sobre a condição feminina no Rio de Janeiro que repercutiram na criação da organização

feminista Centro da Mulher Brasileira, no referido estado, bem como em São Paulo (ALVES; PITANGUY, 1991; BANDEIRA, 2000).

Além disso, as questões relativas às mulheres ganharam visibilidade na imprensa com a criação de jornais feministas por ex-presas políticas e por universitárias participantes do movimento estudantil, tais como, o jornal *Brasil Mulher* no Estado do Paraná, em 1975, e o jornal *Nós Mulheres*, em 1976. Nos meios televisivos foram tratados temas relacionados à sexualidade da mulher e violência doméstica (COSTA, 2009). No âmbito dos movimentos sociais, destaca-se o Movimento Feminino pela Anistia, em 1976, que contribuiu para a aprovação da Lei de Anistia, em 1979. Segundo Bandeira (2000), apesar desse movimento não ter um caráter feminista, influenciou no surgimento de diversos grupos feministas.

O final dos anos 70 e início dos anos 80 é caracterizado pela multiplicação e diversificação dos grupos feministas e incorporação de novas bandeiras de luta. De acordo com Alves; Pitanguy (1991, p. 70): “Os grupos dedicam-se às mais variadas tarefas: reflexão; publicação de folhetos sobre sexualidade, direitos da mulher, saúde; pesquisas; grupos de estudos; cinema; teatro; SOS contra a violência; Casa da Mulher etc”. Além disso, começaram a despontar as primeiras Organizações não Governamentais de mulheres, conforme afirma Bandeira (2000):

[...] as ONGs de Mulheres começam a mostrar sua cara já no final dos anos 70. Uma das pioneiras foi o SOS Corpo (Recife, 1978/1980, que se dedicava, principalmente, as questões da saúde e sexualidade. No Rio de Janeiro, surgiu o Centro da Mulher Brasileira (1978/79); em São Paulo, o SOS Violência. O CFEMEA, que faz o assessoramento no Congresso em Brasília/DF, criado em 1989, dentre outros (BANDEIRA, 2000, p. 33).

No meio acadêmico ganha espaço o pensamento feminista com a criação de Núcleos de Estudos da Mulher voltados para os estudos da Condição feminina e da história das mulheres. Segundo Piscitelli (2006), a difusão da categoria “mulher” contribuiu para a construção de uma identidade coletiva de mulheres, do sujeito político mulher e para o fortalecimento e a unificação do movimento feminista na luta pela igualdade de direitos entre os sexos. Contudo, aos poucos, foi sendo ampliado o foco de análise para além da categoria mulheres, abrindo espaço para os Estudos de Gênero (BANDEIRA, 2000) A partir daí, diversas áreas do conhecimento incorporam a discussão de gênero, contribuindo para a diversificação de enfoques. De acordo com Bandeira (2000 p. 33), “daí surgem temas e objetos diversos – sexualidade, saúde,

lesbianismo, homossexualidade, violência doméstica e sexual, masculinidade, Aids, mulher como chefe de família etc”.

A ampliação da visibilidade do movimento feminista nos anos 80 chamou a atenção dos partidos políticos, os quais passam a aliar-se ao eleitorado feminino, e a incluir as bandeiras de lutas das mulheres nos seus programas eleitorais e a criar departamentos femininos no âmbito do partido (COSTA, 2009). Segundo Lobo (1987 *apud* COSTA, 2009), o cenário político da época se apresentava favorável ao avanço da política feminista, o que levou mulheres a estreitarem suas relações com o Estado. Em razão disso, houve a migração de mulheres participantes de grupos feministas para partidos políticos e órgãos estatais, provocando o desmanche de alguns grupos e o abalo da autonomia do movimento feminista.

A fase de institucionalização do movimento feminista foi denominada de terceira onda. Destaca-se nesse período a criação de órgãos estatais de implementação de políticas públicas para mulheres, tais como, o Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, os Conselhos de Direitos da Mulher em nível federal (CNDM), estadual e municipal e as Delegacias de Atendimento à Mulher, em 1985 (BANDEIRA, 2000; COSTA, 2009).

A criação desses órgãos desencadeou um impasse entre as feministas, colocando de um lado as que defendiam a ocupação dos espaços estatais como forma de pressionar e fiscalizar o Estado, visando satisfazer seus interesses e, do outro lado, as que argumentavam em favor da autonomia do movimento feminista em relação a esses órgãos, no sentido de manter sua força de mobilização. Segundo Costa (2009):

Graças a atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo, o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade (COSTA, 2009)

A parceria entre feministas também foi notada no Congresso Nacional durante a atuação das deputadas da constituinte, as quais deixaram de lado suas diferenças ideológicas e partidárias para pressionar os parlamentares a aprovarem as pautas das mulheres, obtendo por volta de 80% de aprovação de suas demandas. Essa mobilização das parlamentares foi intitulada pela imprensa de *Lobby do Batom*.

O avanço no campo da política feminista foi freado nos anos 90 em virtude dos interesses conservadores os quais provocaram o desmanche do CNDM e deixaram em situação precária os demais órgãos voltados para a promoção dos direitos das mulheres. Esse descaso governamental em relação a essas instituições fez com que parte das feministas que trabalhavam nelas, nos anos 80, passasse a criar ONGs feministas e, de forma articulada com o movimento não-institucional, pressionassem o Estado a promover políticas públicas (ÁLVARES 1994 *apud* COSTA, 2009).

Ao mesmo tempo em que foi iniciado um processo de institucionalização do movimento feminista, múltiplas organizações e identidades feministas foram ganhando visibilidade, tais como, os feminismos popular, indígena, negro, lésbico, acadêmico, institucional e o ecofeminismo, fazendo com que o movimento feminista passasse a expressar um caráter mais plural e heterogêneo (Álvares 2001 *apud* COSTA, 2009).

No âmbito internacional, destaca-se a aprovação da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher pela ONU, em 1993, a qual foi referência para a elaboração da Convenção Interamericana para *Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* (Convenção de Belém do Pará) em 1994. A ratificação desses documentos pelo Brasil contribui para a ampliação da visibilidade da problemática da violência contra a mulher e força o Estado a criar mecanismos para coibir as práticas de violência contra as mulheres (BANDEIRA, 2009).

Em 1994, na véspera da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, organizações feministas se mobilizaram, em nível nacional, através de fóruns e encontros para organizar o processo pré-Beijing, renovando as forças do movimento feminista e aumentando seu poder de influência nos espaços políticos (COSTA, 2009).

Após a realização da Conferência de Beijing, houve maior adesão do Estado e de organizações da sociedade civil às pautas feminista, com a criação de ministérios e secretarias voltadas para o desenvolvimento de políticas para mulheres. Além disso, foram criadas ONGs especializadas em informações relativas à situação das mulheres para subsidiar e para atuar na interlocução do movimento feminista com o Estado (COSTA, 2009).

Em 2000, apesar dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em razão da Conferência de Beijing, que tornou o Brasil signatário de convenções internacionais voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, como, por exemplo, a CEDAW, foi detectado o pouco investimento na estrutura dos órgãos governamentais voltados para

as mulheres, bem como limitações nas políticas públicas em andamento através do monitoramento realizado por ONGs feministas (ARTICULAÇÃO apud COSTA 2006).

No mesmo ano, o movimento feminista reuniu 2.000 mulheres na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras para a construção da Plataforma Política Feminista a ser entregue aos candidatos das eleições de 2002. Faziam parte dos princípios norteadores da Plataforma o fortalecimento da democracia, a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia. Tal Plataforma foi considerada um instrumento de negociação com outras esferas de poder e de orientação do movimento feminista (COSTA, 2006 apud ARTICUAÇÃO, 2004).

No ano de 2004, o movimento feminista se fez presente na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, evento voltado para a proposição de diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), realizado pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM), secretaria criada em 2003. Como resultado da I Conferência foi aprovada uma série de recomendações para o PNPM, tais como, a importância do papel do Estado no financiamento, formulação e gestão de políticas públicas; a intersecção entre as políticas econômicas e sociais; a criação de mecanismos para garantir a igualdade, a equidade e a laicidade do Estado (ARTICULAÇÃO, 2004 apud COSTA, 2006).

Em 2006, o Brasil, enquanto país signatário da CEDAW e da Convenção Belém Pará, toma para si a responsabilidade no enfrentamento da violência contra a mulher com a aprovação da Lei nº 11.340. A partir de então, a violência contra a mulher passa a ser compreendida como um problema público que necessita ser prevenido e coibido através da criação de políticas públicas pelo Estado e da participação da sociedade civil. Segundo Bandeira (2009):

A Lei prevê a obrigação de o Estado atuar preventivamente contra expressões de violência por meio da inclusão das agredidas em programas sociais, reconhecendo as distintas vulnerabilidades existentes e facilitando o acesso das vítimas a justiça e as necessárias medidas preventivas de urgência, muitas delas no campo do direito de família, para deter a escalada de violência contra as mulheres. Ainda estabelece iniciativas inéditas para enfrentar a violência, como a criação de Vara Judicial para atender mulheres agredidas, interferindo na área da segurança pública e no Judiciário [...] (BANDEIRA, 2009, p. 420)

A atual conjuntura do movimento feminista reflete a institucionalização do feminismo e das demandas das mulheres com a implementação de políticas públicas para mulheres com recorte racial, sexual e étnica. Além disso, é caracterizado pela sua

diversificação e expansão com a criação de ONGs, fóruns e redes feministas nacionais e transnacionais (COSTA, 2009).

1.2 O Curso de formação de Promotoras Legais Populares

O Curso de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) caracteriza-se como uma ação afirmativa em gênero comprometida com a promoção dos direitos das mulheres e com a superação da situação de desvantagem social que essas se encontram em razão das desigualdades produzidas historicamente entre os sexos (THEMIS, 2004).

Segundo Tokarski (2006), o curso de formação de PLPs visa promover uma educação cidadã que possibilite a essas mulheres apropriarem-se dos seus direitos, desenvolverem autonomia e atuarem como disseminadoras de direitos na sua comunidade, tendo como fio condutor dessa a perspectiva do Direito Achado na Rua.

De acordo com Lyra Filho, Roberto, (1982), a perspectiva do Direito Achado na Rua compreende que o direito vem sendo construído ao longo do processo histórico de libertação através do engajamento dos segmentos socialmente desfavorecidos, seja na atualização de normas costumeiras, seja pela denúncia dos instrumentos legais que simulam ser direitos, mas que na realidade são causadores das situações de opressão e cerceadoras da sua liberdade. De acordo com essa concepção de direito, a rua é vista como espaço político de identificação e organização social.

As primeiras iniciativas de realização do curso de formação de PLPs no Brasil foram desenvolvidas pela organização não governamental Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, em Porto Alegre, no ano de 1993, e pela ONG União de Mulheres, no estado de São Paulo, em 1994, tendo como referência algumas experiências de *capacitação legal de mulheres* desenvolvidas em países da América latina como, por exemplo, no Peru, na Argentina e no Chile (UNIFEM, 2006). Em 1999, houve um reconhecimento do projeto de PLPs pela SPM e pelo Ministério da Justiça e o apoio desses órgãos para que a metodologia utilizada pelo projeto fosse desenvolvida em diferentes partes do país por meio da capacitação de 33 ONGs (UNIFEM, 2006).

O formato do curso de PLPs varia de acordo com a localização geográfica e com o perfil das mulheres que cada iniciativa visa atingir. Em Porto Alegre, por exemplo, o projeto de PLPs desenvolvidos pela Themis consiste na realização do curso de PLPs com foco na capacitação de líderes comunitárias para atuarem na orientação de

mulheres no Serviço de Informação a Mulher (SIM). Já o curso de PLPs realizado pela União de Mulheres em São Paulo e o desenvolvidos pela UnB e MPDFT no Distrito Federal visam abranger diferentes segmentos de mulheres a fim de capacitá-las para atuarem na defesa dos seus direitos no seu ambiente familiar, comunitário e/o profissional (UNIFEM, 2006; TOKARSKI, 2006).

A metodologia adotada nos cursos de PLPs tem em comum a concepção de Educação Popular, perspectiva que compreende a educação como um ato político e engajado no resgate da condição de ser humano dos sujeitos imersos num contexto de opressão (FREIRE, 1975). A partir dessa proposta pedagógica, o curso de formação de PLPs, busca possibilitar as mulheres se identificarem como sujeitos de direitos e de transformação social (GIMENES e COSTA 2009).

Segundo Freire (1975), o desenvolvimento da consciência da realidade e de si enquanto sujeitos capazes de realizar a transformação social passam pela realização de uma prática educativa problematizadora mediada pelo contexto social em que os sujeitos estão inseridos. Com base nessa idéia, o curso de formação de PLPs trabalha temas relacionados à violência contra a mulher, direito de família, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros, a partir de uma perspectiva de gênero e de uma abordagem multidisciplinar de direito (TEMIS, 2004). Além disso, existe a preocupação em traduzir os termos jurídicos do direito para uma linguagem acessível que possa ser compreendida e multiplicada pelas PLPs.

Durante o processo de ensino/aprendizagem também são levados em consideração os pressupostos da educação popular, dentre os quais a valorização da conexão dos diferentes saberes sem hierarquias entre os educadores e os educandas, a produção coletiva dos conhecimentos e troca de experiências, o estímulo a cooperação e a solidariedade ao invés da competição e a disposição do espaço de aprendizagem num formato que permita a aproximação do mediador dos educandos (GIMENES, COSTA, ARAÚJO, 2009).

Segundo a Themis (2004), ao final do projeto de PLPs formam-se lideranças capazes de dar orientação sobre questões do cotidiano relacionadas a violações de direitos, tais como, ameaças, violência contra a mulher para aquelas que necessitam de apoio para buscarem seus direitos.

2. APORTES TEORICOS E METODOLÓGICOS

2.1 A Sociologia do Conhecimento e o Método Documentário de Interpretação

Na presente pesquisa foi utilizado o método documentário de interpretação como ferramenta de aproximação do pesquisador/a dos espaços de experiências conjuntivas de mulheres que participaram do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares e de interpretação e análise das suas visões de mundo sobre participação social e direito das mulheres.

O método documentário de interpretação foi elaborado por Ralf Bohnsack a partir dos pressupostos da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim cuja principal referência é o artigo intitulado “Contribuições para a teoria da interpretação das visões de mundo” publicado na segunda metade década do século XX.

Segundo Mannheim (*apud* WELLER, 2005, p. 262), as visões de mundo ou orientações coletivas, podem ser compreendidas como o conjunto de vivências e experiências compartilhadas por sujeitos em decorrência de seu pertencimento a um mesmo contexto social que são construídas a partir de um conhecimento tácito que está incorporado às ações práticas de determinado grupo. Para o autor, as visões de mundo inserem-se no campo de conhecimento atóricico ou intuitivo visto que, via de regra, o grupo não costuma pensar sua própria experiência prática de forma teórica cabendo tal trabalho ao pesquisador/a. Nesse sentido, a função do pesquisador/a é explicitar o conhecimento presente nas narrativas dos/as participantes da pesquisa através de uma interpretação teórica que ultrapasse a compreensão intuitiva dos fenômenos sociais e que se aproxima do sentido documentário, ou seja, do modo como os produtos culturais são estruturados (MANNHEIM *apud* WELLER, 2005, p. 262).

Karl Mannheim aponta que o processo de interpretação perpassa pela análise de três níveis de sentido: o nível objetivo ou imanente referente aos aspectos objetivos expressos naturalmente num contexto social; o nível expressivo relacionado às ações verbais, aos comportamentos subjetivos e intencionais; e, por fim, o nível documentário ou revelador dos sentidos implícitos na estrutura de uma ação. Os dois primeiros níveis de interpretação auxiliam na reconstrução do sentido documentário, porém ressalta que é preciso extrapolar a interpretação pré-reflexiva ou atóricica e se inserir no contexto

social dos atores pesquisados. A partir desse processo, é possível compreender os significados que emergem das orientações coletivas, bem como, o espaço social de experiências conjuntivas (MANNHEIM *apud* WELLER, 2005 p. 263).

A interpretação documentária foi atualizada pelo sociólogo Ralf Bohnsack tanto do ponto de vista do método como da metodologia entre 1999 e 2001, e passou a ser utilizado como instrumento de análise na pesquisa social empírica de caráter reconstrutivo, tendo como foco a análise do nível documentário da ação.

De acordo com Bohnsack; Weller (2006), a reconstrução do sentido documentário das ações requer uma postura genética ou fundacional do pesquisador/a que transcenda o sentido comum ou imanente da realidade. Segundo os autores, o papel do observador/a vai além de perguntar *o que* é uma prática social, ou seja, é preciso entender *como* essa prática é formada, adentrar na estrutura da ação, e conhecer o seu *modus operandi*, a forma como os produtos culturais são construídos e reproduzidos.

2.2 Grupos de discussão

Os grupos de discussão começaram a ser adotados na pesquisa social empírica pelos/as integrantes da escola de Frankfurt na década de 50 do século XX. A princípio tal procedimento era utilizado como técnica de pesquisas de opinião, contudo, a partir de 1970, passou para categoria de método de pesquisa pautado no interacionismo simbólico, na fenomenologia social e na etnometodologia. (WELLER, 2006, p.244).

Segundo Bohnsack (1999 *apud* WELLER, 2006, p.245), a consolidação dos grupos de discussão enquanto método perpassa pela análise do discurso e das interações do grupo a partir de modelos teóricos. Dentre os estudiosos que contribuíram para a análise dos grupos de discussão está Werner Mangold¹, o qual voltou sua análise para as opiniões de grupo. Para esse autor, as opiniões de grupo não significam a junção das percepções individuais, mas sim o resultado das interações coletivas dos entrevistados/as (MONGOLD, 1960 *apud* WELLER, 2006, p.245).

Nesse sentido, para Weller (2005, p.5) os grupos de discussão podem ser entendidos como um meio de aproximar o pesquisador dos contextos sociais e das representações coletivas dos sujeitos que nele se inserem. Além disso, a autora considera que a análise das orientações coletivas possibilita conhecer os subprodutos

resultantes de um fenômeno, como, por exemplo, das experiências de integração e de desintegração social de um grupo.

Em relação aos procedimentos para a realização dos grupos de discussão, Ralf Bonhnsack faz as seguintes recomendações ao pesquisador/a: elaborar um tópico-guia com temas que estimulem a discussão entre os entrevistados, não tendo, porém, o pesquisador o dever de segui-lo rigorosamente; fazer com que a pergunta inicial seja a mesma para todos os grupos para facilitar a comparação entre eles durante a análise; promover um contato recíproco com os entrevistados/as e uma base de confiança mútua; dirigir a questão para todo o grupo e não para um componente específico; iniciar a discussão com uma pergunta vaga que estimule a participação e interação entre as/os participantes do grupo; permitir que a organização ou ordenação das falas fique a encargo do grupo; formular perguntas amplas, de preferência que comecem com um *como* em detrimento das perguntas que iniciam com *por que*, no sentido de estimular os participantes a desenvolverem narrativas ao invés de descrições de acontecimentos; deixar as entrevistados/as ordenarem a seqüência das falas e intervir apenas quando solicitado ou perceber a necessidade de lançar outra pergunta para manter a discussão do grupo (BOHNSACK, 1999 *apud* WELLER, 2006, P.249).

A interpretação dos dados segundo o método documentário de interpretação é realizado em duas etapas: a análise formulada e a análise refletida. A análise formulada é o momento em que é feita a seleção e a transcrição das passagens que serão analisadas, a estruturação dos textos e a reformulação das narrativas para uma linguagem inteligível por aqueles que não estão familiarizados com a linguagem do contexto dos entrevistados/as. Segundo Weller (2005), nessa etapa não cabe ao pesquisador/a realizar inferências e colocações. Já a interpretação refletida tem como objetivo analisar as várias nuances do discurso, a forma como os entrevistados interagem, o quadro de referência ou *habitus* orientador do discurso e mapear os padrões, as características e as normas que norteiam as ações de determinado grupo social. (WELLER, 2005).

Contudo, a explicitação do *habitus* e das experiências semelhantes vivenciados pelos entrevistados só é possível através de uma análise comparativa entre os grupos de discussão. Segundo Glaser e Strauss (1967 *apud* WELLER, 2005), o método comparativo permite fazer generalizações através da comparação de casos empíricos e elaborar teorias com base nos dados coletados, além disso, serve de instrumento de controle metodológico do saber teórico do pesquisador/a e do seu lugar de fala.

Outra vantagem da análise comparativa para o método documentário é a possibilidade de desenvolver modelos de orientação que se repetem num espaço de experiências conjuntivas e, com base nestes modelos, elaborar tipologias. Segundo Bohnsack e Weller (2006), quanto mais um modelo de orientação específico se repete dentro dos diferentes espaços de experiências conjuntivas, maior a validação das teorias construídas. Nesse sentido, Weller (2005) aponta que:

[...] a generalização dos resultados da análise empírica e a transformação deste conhecimento em teorias fundamentadas depende, portanto, da validade dos tipos construídos e da consolidação destes numa tipologias abrangente (WELLER, 2005 p.).

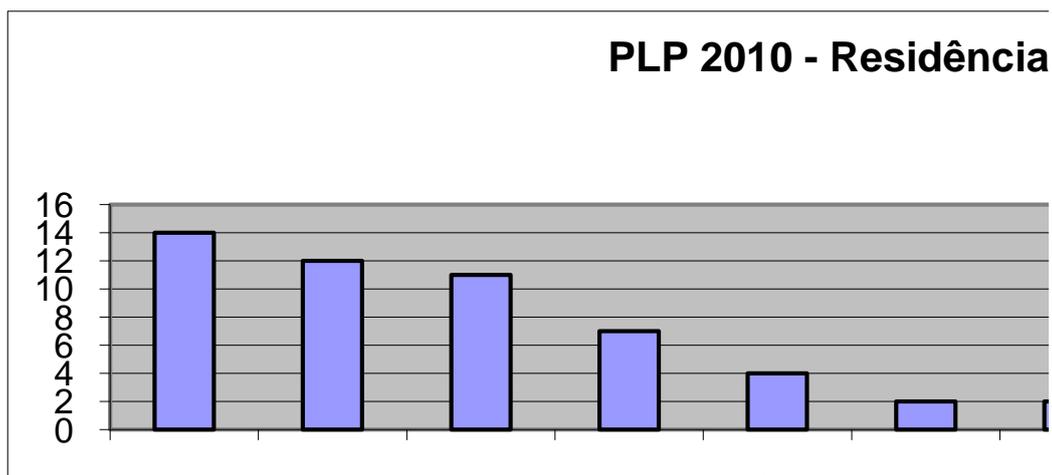
3. TRABALHO DE CAMPO

3.1 O Curso de Formação de PLPs do DF

O campo de realização da pesquisa em questão foi o curso de formação de PLPs desenvolvido na região administrativa da Ceilândia - DF pela UnB em parceria com o Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares e a AGENDE. Tal curso caracteriza-se como uma ação afirmativa de gênero, fundada nos pressupostos da educação popular, do direito achado na rua e do feminismo e tem como objetivo a capacitação de mulheres em noções de direito e cidadania a partir do recorte de gênero. O curso de formação de PLPs acontece desde 2004, tem a duração de oito meses e os encontros são mediados por profissionais e estudantes de diversas áreas do saber, provenientes de instituições públicas e organizações feministas. As oficinas ocorrem no Núcleo Práticas Jurídicas da UnB.

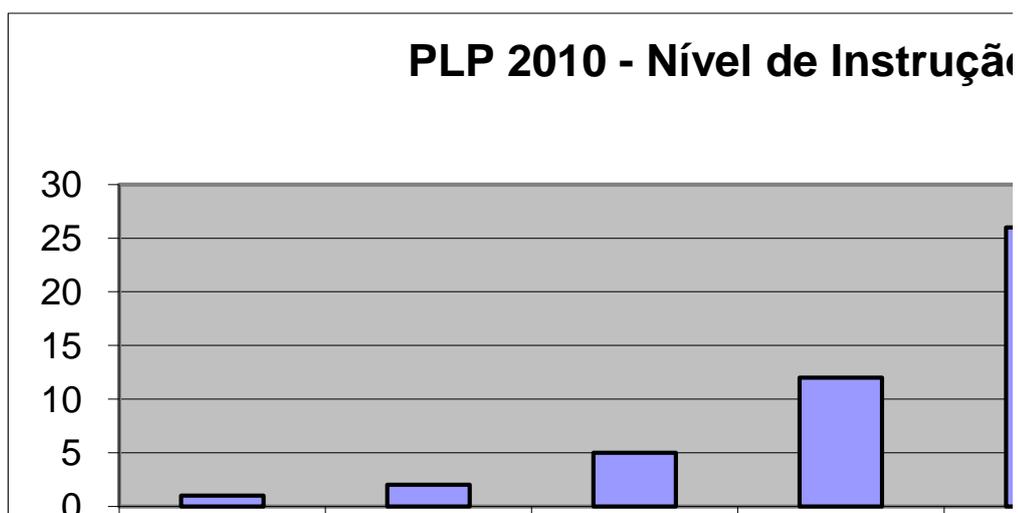
A pesquisa foi realizada com mulheres que participaram do curso em questão no ano 2010. Tive a oportunidade de acompanhar a turma, ao longo dos oito meses de duração, na condição de aluna e de integrante do Projeto de Extensão “Direitos Humanos e Gênero da UnB, responsável pela coordenação do referido curso.

De acordo com dados da coordenação do curso de formação de PLPs, iniciaram o curso de 2010 sessenta e uma mulheres, sendo que desse total, apenas 33 chegaram ao fim do curso. Não existem informações sobre as causas que levaram à evasão das mulheres do curso, ficando em aberto essa questão. Inscreveram-se no curso mulheres de diferentes regiões administrativas do DF, dentre elas: Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Guará, Recanto das Emas, dentre outras regiões do DF, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:



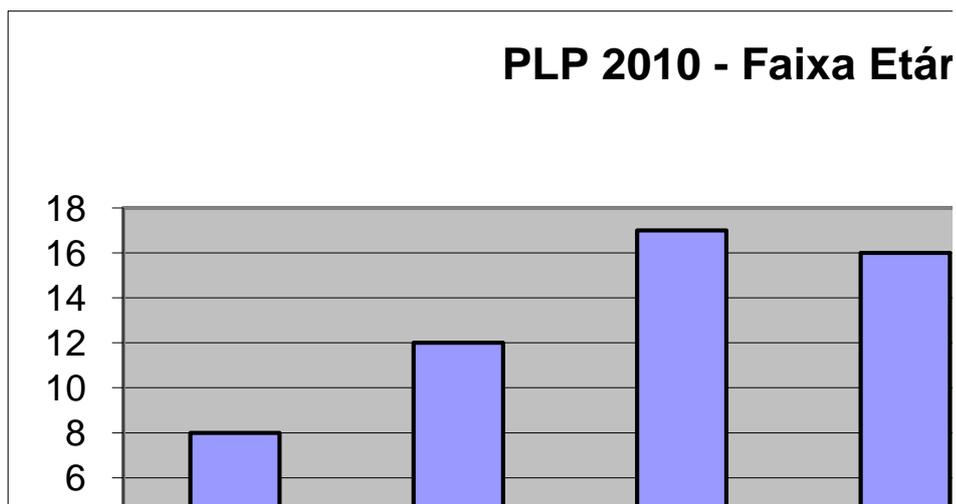
Fonte: Coordenação do Curso de formação de PLPs

Em relação à escolaridade das participantes do curso, foi identificado que mais de um terço das participantes tem nível superior incompleto, sendo que a maior parte dessas é do curso de serviço social e direito conforme gráfico abaixo:



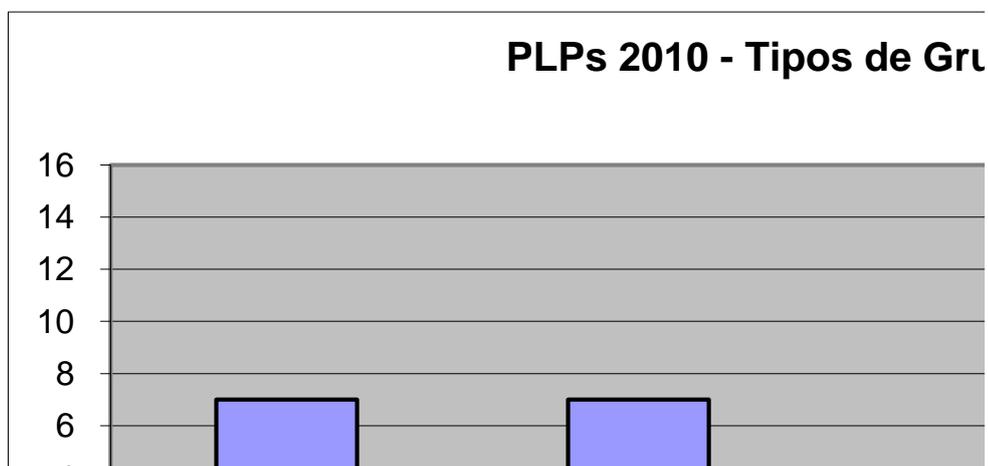
Fonte: Coordenação do Curso de formação de PLPs

No que diz respeito à faixa etária das alunas dessa turma, foi identificado a presença de diversos segmentos geracionais de mulheres (jovens, adultas e idosas), predominando, contudo, mulheres entre 35 e 55 anos como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Coordenação do Curso de formação de PLPs

Outro dado levantado pela coordenação do curso de formação de PLPs, relacionado o perfil das alunas do curso de 2010 diz respeito a participação das participantes em grupos. De acordo com os dados, mais de 50% das alunas estão envolvidas em algum grupo como, por exemplo, de grupos de igreja, grupos de mulheres e associações comunitárias como mostra o gráfico abaixo:



3.2 Estruturação da Pesquisa

Para a consecução dessa pesquisa planejei fazer quatro grupos de discussão, dois com mulheres em fase de conclusão do curso e dois com PLPs formadas. Contudo, devido à dificuldade de conciliar os dias e horários entre essas últimas, só foi possível

realizar dois grupos de discussão com as alunas do curso, deixando-se de lado as já formadas. Ambos os grupos de discussão foram realizados no mês anterior à formatura delas, sendo que o primeiro foi realizado no dia 23 setembro e o segundo no dia 29 do mesmo mês. Cada um dos grupos foi composto por três participantes.

O convite para a pesquisa foi realizado nos intervalos das oficinas, na sala em que ocorreu o curso pelo fato desse local ser o nosso único ponto de encontro. Durante esse contato, aproveitava para expor os objetivos da pesquisa e para perguntar a disponibilidade delas para participação na pesquisa.

Para a escolha das componentes dos grupos foi levado em consideração o local de moradia no sentido de dar preferência para mulheres moradoras de comunidades populares. Além disso, procurei montar os grupos com mulheres brancas e negras e de diferentes faixas etárias, no sentido de abranger os múltiplos segmentos de mulheres.

Os grupos de discussão foram realizados no Núcleo de Práticas Jurídicas pela disponibilidade do local para a realização da pesquisa e por ser um local de fácil acesso para as participantes. Para orientar a realização dos grupos de discussão foi elaborado um tópico-guia (Anexo I) com temas que estimulassem a discussão entre as entrevistadas.

Antes da realização da entrevista foi solicitado às participantes que preenchessem um questionário (Anexo II) com informações referentes a situação sócio-econômica (distribuição geográfica, ao pertencimento racial, a idade, inserção no mercado de trabalho, nível de escolaridade) para complementar a pesquisa.

Findado a fase de coleta de dados, foi realizada a escuta dos áudios e feitas as transcrições das passagens de interesse para a pesquisa, as quais foram divididas em temas e sub temas (Anexo III). Ao término da organização do discurso, foi realizada a análise dos temas e a identificação dos padrões homólogos, visto que quanto mais um modelo de orientação específico se repete dentro dos diferentes espaços de experiências conjuntivas, maior a validação das teorias construídas (WELLER, 2005).

3.3 Grupos de discussão: descrição das entrevistadas

Essa seção destina-se a descrição das entrevistadas que participaram dos grupos de discussão. Elas foram identificadas com nomes fictícios a fim de resguardar o sigilo das mesmas. O primeiro grupo foi nomeado Maria da Penha em homenagem a

Lei que dispõe sobre o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as Mulheres (Lei nº 11.340 de 2006). O segundo grupo foi chamado de Margaridas em homenagem à Marcha das Margaridas, movimento de trabalhadoras rurais voltado para a ampliação da conquista dos direitos das mulheres no campo e na floresta.

GRUPO MARIA DA PENHA

Como dito anteriormente, o grupo Maria da Penha foi realizado na tarde de 23 de setembro de 2010, na sala do Curso de Formação de PLPs, no NPJ. O grupo de discussão foi iniciado às 14h15min e durou uma hora e vinte e sete minutos. Participaram do grupo três mulheres: Af (Joana), Bf (Helena) e Cf (Solange).

Af (Joana) tem 46 anos, se auto-declara negra e tem três filhas e um filho. Ela nasceu em Brasília e seus pais são nordestinos. Ela e seus dois irmãos foram criados por sua mãe na Ceilândia-DF. Ela começou a trabalhar com quinze anos de idade como empregada doméstica para ajudar na renda de casa. Aos 18 anos foi viver com o pai dos seus filhos. Após 14 anos de convivência eles se separaram em decorrência de violência doméstica. Depois de separada, Af (Joana) fez o curso superior de Ciências Jurídicas em uma faculdade privada do DF. Atualmente, ela está desempregada. Af (Joana) é budista e participa de uma ONG relacionada a esta religião cujo objetivo é a promoção da paz através da educação.

Bf (Helena) tem 46 anos e se auto-declara parda. Ela nasceu em São Rafael-RN, numa família de cinco irmãos. Ela foi criada por sua irmã e por seu cunhado pelo fato de que sua mãe faleceu em razão de problemas durante o parto. Ela é casada, tem dois filhos e mora no Guará-DF há três anos. Bf muda de cidade em média a cada cinco anos em decorrência do trabalho do marido, que é militar. Ela é dona de casa e cursa Serviço Social numa faculdade privada do DF. Não participa de nenhum grupo e, em breve, começará a estagiar na sua área.

Cf (Solange) tem 48 anos, nasceu em Brasília, se auto-declara morena. Ela vem de uma família de sete irmãos e de pais cearenses. Foi criada por sua mãe, que se separou do seu pai em razão da violência doméstica. Morou num convento por oito anos. Aos 27 anos saiu do convento, se casou e teve dois filhos, dedicando-se ao cuidado deles até que atingissem a maioridade. A menos de quatro anos, ingressou no curso de Serviço Social numa faculdade privada do DF. Atualmente ela faz estágio na

Secretaria de Justiça na qual ela recebe uma bolsa de R\$500,00 reais por mês. Também participa, há cinco anos, de um grupo de saúde de sua igreja e faz parte da Associação Mohciped¹ voltada para a assistência e atendimento dos deficientes físicos. Pretende participar do conselho da saúde de sua cidade.

GRUPO MARGARIDAS

O encontro com o Grupo Margaridas ocorreu na tarde do dia 29 de setembro de 2010, no NPJ, na sala em que é realizado o Curso de Formação de PLPs. A discussão foi iniciada às 14h e 45 minutos e durou uma hora e trinta minutos. Fizeram parte do grupo três participantes do curso de PLPs: Af (Alice), Bf (Heloisa) e Cf (Taís).

Af (Alice) tem 29 anos, é solteira, se auto-declara negra e é evangélica. Ela e seus familiares nasceram em Uberlândia-MG e estão no DF, há três anos, morando na Ceilândia. Af se formou em Pedagogia, é a única da família que conseguiu concluir a educação básica. Atualmente, está a procura de emprego.

Bf (Heloisa) tem 33 anos, se auto-declara branca, é solteira e umbandista. Ela e seus dez irmãos nasceram no município de Formoso-MG. Por motivo de problemas econômicos e emocionais na família, ela e alguns dos seus irmãos não foram criadas por seus parentes. Solange mora em Brasília há vinte e cinco anos. Ela está terminando o curso de Psicologia e trabalha como recepcionista. Sua renda mensal é de R\$825,00 por mês. Também tem participado de um curso sobre diversidade sexual.

Taís tem 18 anos, é solteira, católica e se auto-declara parda. Ela nasceu em Brasília-DF, assim como sua mãe e sua irmã. Já seu pai é mineiro. Ela sempre morou na Ceilândia. Atualmente estuda Direito e não trabalha. A renda mensal de sua família é mais de cinco mil reais. Ela não participa de nenhum grupo.

Durante o grupo de discussão, o debate se centralizou mais entre Alice e Heloisa. Cf expôs sua opinião de forma concisa e, em alguns momentos, se limitava a dizer que concordava com o que as demais diziam. O grupo foi finalizado às 16h15min

¹Mohciped (Movimento Habitacional e Cidadania da Pessoa com Deficiência)

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A busca pelo curso de formação de PLPS

Conhecer os meios pelos quais as mulheres chegaram ao curso de PLPs e os motivos que as levaram a participar do projeto possibilita identificar os canais que facilitaram o acesso delas a esse curso, seus conhecimentos prévios sobre essa formação e as expectativas das entrevistadas com relação ao curso. Com estes objetivos, foi dirigida a primeira pergunta para os grupos, conforme segue abaixo:

Y: [...] Gostaria que vocês falassem como vocês chegaram até o curso de Promotoras Legais populares e quais os motivos levaram vocês a querer se tornar uma PLP contando um pouco da história de vida de vocês?

A partir da análise das narrativas observou-se que as entrevistadas tomaram conhecimento do curso de formação de PLPs através de parentes, vizinhos/as e amigos/as da faculdade, o que demonstra que a “divulgação boca a boca” tem sido um instrumento importante para manter as pessoas inteiradas do que acontece na comunidade e para a troca de saberes entre as mesmas. No que se refere às motivações que nortearam a inserção no curso de formação de PLPs, as entrevistadas demonstraram uma diferenciação de orientações que se desdobram em dois tipos. O primeiro tipo de orientação está relacionado ao desejo de ampliar os conhecimentos quanto aos direitos das mulheres e, dessa forma, instrumentalizarem-se para ajudar outras mulheres a tomarem conhecimento dos seus direitos. Tal perspectiva é expressa pelas entrevistadas que participam de trabalho comunitário e por aquelas que têm a pretensão de se engajar nessa área. O segundo tipo orientação que motivou o ingresso no curso de PLPs está relacionada ao interesse de conseguir horas para completar a formação acadêmica. Essa motivação é identificada, sobretudo, nas entrevistadas que estão fazendo faculdade e que necessitam complementar o curso superior com atividades extracurriculares.

O ingresso no curso com intuito de conhecer mais a respeito dos direitos das mulheres e de se capacitar para atuar na promoção dos direitos das mesmas pode ser constatado na fala das entrevistadas (grupo Maria da Penha):

Af: Eu como. Eu vi. Eu vi. Eu trabalhava num treino de PLP na época, né. E aí minha filha viu num jornalzinho. Como eu tava trabalhando na área de, na área de direitos, né. Eu tinha maior vontade. Minha filha tava consciente disso. Daí ela viu no jornal o último dia na sexta-feira. Aí ela: Mãe olha aqui, ô. Você ta doidinha para fazer essas, alguma coisa nesta área, aqui está o curso de PLP. Eu não tinha noção de que era, né. Aí como sendo na área de direito, falando sobre direito da mulher, eu falei: “oxe na hora”. Assim, para mim foi um, foi legal, porque é eu sempre tive interada assim nessas coisa. Eu tinha uns curso aí no Fórum que abria para gente fazer, mas como na época que eu tava trabalhando eu não tinha tempo de fazer, né. Então isso veio a calhar. Assim na questão de saber mesmo, não só os meus direitos, mas os direitos como mulher, né, para estar ajudando as minhas colegas e estar me ajudando a saber, a me interar do que, qual os meus direitos, quais são as minhas obrigações que a gente também aprende, né, em questão da outra pessoa. Eu achei assim, 10, 10. (XX) Ter essa noção do curso assim, em si, a gente fica até com vergonha de, assim, as vezes a gente fica assim, se esconde atrás de um, né, assim, né, da nossa vidinha lá, da nossa casa e tal-

Bf. L: Do nosso mundinho.

Af L: É. Do nosso mundinho. Então a gente aprende que a gente tem que, né, de tar interado nos nosso direito, não só no meu, mas das minhas colegas como mulher, né. É muito, muito 10, né, muito 10 mesmo.

Segundo Af, o que a levou a fazer o curso de formação de PLPs foi o fato de trabalhar na área de direito e o interesse em ampliar seus conhecimentos sobre os direitos da mulher. Além disso, ela relata que pretende utilizar os saberes aprendidos no curso para ajudar outras mulheres a tomarem consciência dos seus direitos, afirmando, com isso, sua perspectiva de engajamento social.

Semelhante orientação foi relatada por Cf que quis fazer o curso ao perceber que as mulheres da sua comunidade desconhecem os direitos delas e tem medo de buscar os serviços que possibilitem a garantia dos mesmos. Segundo as entrevistadas, essa situação dificulta esse segmento de mulheres acessarem o curso de PLPs. Elas referem-se às donas de casa como exemplos de mulheres que passam por esses desafios (grupo Maria da Penha):

Cf: [...] Quanto a minha decisão foi assim: eu trabalho numa comunidade, assim. Na associação, na igreja. Então as mu-, eu vejo muitas mulheres que elas não tem conhecimento dos seus direitos. Não têm. E o pior que eu vejo é que elas têm medo de co-, de ir em busca dos seus direitos. Até elas tomar essa decisão as donas de casa, eu vejo que elas têm dificuldade de vir. Elas conseguem vir até a metade, depois ((tsi)) desistem.

Af L: Por isso é que você tava falando a questão (1). Não é nem que o curso abrange mais pessoas que estão estudando.

Cf L: É por que nós temos aquele interesse.

Bf L: É

Af L: É... É porque elas, realmente elas têm medo de saber seus direito.

Bf: L Eu vejo saber, sabia? Muito mais que a gente.

Cf L: E a gente já vai com aquele objetivo de passar pra essas mulheres. E elas... elas tem que acordar. Eu falo: “amiga, acorda”.

Af L: Ou pelo menos que ela tenha uma opção, né? Que elas tem uma opção, tem opção de escolha. Ou você fica na caverna, igual eu disse, sem querer enxergar o mundo daqui, ou você encara e sabe que você tem de, de ser amado, você tem direito de viver uma vida, né? De felicidade, com os filho, né? De escolher seus próprio companheiros, escolher sua própria vida. Até o direcionamento da sua própria vida.

Cf L: Isso é muito difícil para elas.

Af L: Então, isso que eu entendo. (4:38)

Cf L: Muito difícil, porque eu deparo com várias, assim e (2) elas não conseguem.

As entrevistadas percebem que as mulheres precisam solucionar o seguinte dilema: ou ficam na “caverna”, termo utilizado para representar um espaço de desconhecimento dos direitos, ou encaram os desafios e vão no sentido de compreender que tem direito de serem amadas, de ter autonomia sobre sua própria vida, liberdade para escolher o parceiro e de serem felizes. Af exemplifica que vivenciou esse dilema quando estava em situação de violência doméstica e que, mesmo sendo uma pessoa conhecedora dos seus direitos e com trânsito social para além do espaço doméstico, teve dificuldades de sair dessa situação (grupo Maria da Penha):

Af: Antes de eu vir no curso, né, eu era casada. Eu fui casada a-. Eu conheci o meu companheiro eu tinha dezoito anos. ((Vixe)) Era aquele namoro, aquela coisa maravilhosa, aí casei (1). Mas não casei, eu fui morar com ele, né? Na casa da minha-, junto na casa da minha mãe. Aí fiquei grávida da minha primeira filha. No primeiro ano de casamento, quando a minha filha nasceu, eu, eu apanhava. E eu me considerava uma pessoa super antenada de meus direito, de escolher o que eu queria. Eu sempre fui assim, eu não pude (), sempre tive peito aberto de escolher o que eu queria, mas nessa relação, eu sempre falo e falo, quando alguém ta falando: “ai, apanha porque gosta”. Eu era muito-, eh, tem muita coisa envolvida com relação assim-. Cê vê, e eu trabalhava fora. Tem a vergonha de=de quando=ter escolhido uma pessoa que maltrata ela. Ter vergonha de amar aquela pessoa que maltrata ela. De querer também criar os filhos, a família. De não ficar pensando: “ah, ((pô)) essa mulher troca de marido-, toda vez que=que um cara ter uma relacionamento com ela, me bater, ela vai trocar de marido?”. Então é uma luta dentro da gente, e às vezes a maioria não tem uma, não tem uma formação, não tem emprego, tem mais de três filhos (1). Não porque ela gosta de ser maltratada. É porque aquela carga da vida tá toda em cima da gente. Eu falei: “ah, porque”=Eu apanhava e minha mãe nunca ficou sabendo, porque a gente mora nos fundos da casa da minha mãe. Depois agora que a gente conversou, minha mãe falou: “mentira”. Eu falei: “mãe, era, ele me batia na cara.” Eu chorava. Ele falava assim: “((ô)) se você for lá”= não era para me ir na casa da minha mãe, não era pra falar, porque se eu falasse (2), né?. Então, difícil. Assim, eh, quando a gente começa a estuda, saber nossos direito, a gente começa a se sentir mais=mais apoderada, igual as meninas fala, né?

Bf: Fica mais claro.

Af: Fica mais claro, se não= a gente, eu tenho direito de ser feliz. Isso não é vida pra uma pessoa, prum ser humano. (2) E a gente tem coragem de passar isso pras outras amiga. Falar assim: “((ô)) cê tem opção”, cê pode ter outros meios de você=se você= tem estudo, você pode estudar, pode cuidar ()”. Então, tudo isso, né?

Af compreende que a escolha do caminho da promoção dos direitos é difícil para as mulheres vítimas de violência devido à vergonha que elas têm de tomar pública a situação de violência, à dependência emocional em relação ao marido; o desejo de preservação da instituição “família”; a visão naturalizada da violência doméstica; o preconceito social em relação às mulheres nessa situação; e o medo das ameaças.

Verifica-se que a naturalização da violência doméstica está impregnada no imaginário social de tal modo que induz as próprias vítimas a pensarem na violência como algo natural a relação. Nesse sentido, Af relata: “Tem a vergonha de não ficar pensando: “ah, ((pô)) essa mulher troca de marido-, toda vez que=que um cara ter um relacionamento com ela, me bater, ela vai trocar de marido?”

Outra reflexão de Af é que o enfrentamento da situação de violência doméstica se torna ainda mais difícil para as mulheres de setores socialmente desprivilegiados devido à dependência econômica do agressor, a pouca escolaridade e o desemprego. Tal visão é compartilhada por todas as entrevistadas.

Uma das formas de transpor esses obstáculos e possibilitado quando essas mulheres tomam consciência dos seus direitos e dos instrumentos que dão suporte para o enfrentamento da situação de violência. Com esse pensamento, Af do grupo Margaridas, ingressou no grupo de PLPs, conforme pode ser visualizado no relato a seguir (grupo Margaridas):

Af: [...] devido, assim, minha infância ter sido com muita violência da parte do meu pai, assim, com a minha mãe, aí quando a minha vizinha passava por essa violência, por essas violências, e eu quis fazer o curso pra entender mais, pra poder tá ajudando a minha mãe porque ela não quis vim fazer o curso porque ela ainda não conseguiu se libertar dele e nem aceita ajuda, né Então... por isso que eu quis mesmo fazer o curso.

Observa-se que Af viu no curso a possibilidade de ajudar sua mãe a fazer frente à situação de violência doméstica. Ela relata que ficou interessada em se tornar PLPs ao tomar conhecimento que o curso ajudou a sua vizinha a enfrentar um relacionamento conflituoso. Nesse sentido Af relata: “porque ela se libertou daquela peça rara que ela tinha, eu falei “não, é muito esse curso.” (972 - 974). Diferentemente de sua vizinha que buscou ajuda, Af relata que sua vizinha não quis fazer o curso e que demonstra pouca abertura para a conversar sobre o tema.

A escolha pelo curso de PLPs orientada pelo interesse de instrumentaliza-se para fazer frente à situação de violência doméstica, seja no seu âmbito familiar, comunitário ou profissional, aproxima-se da visão dos objetivos do curso de PLPs que é preparar as mulheres para atuarem como multiplicadoras dos saberes aprendidos nos diversas esferas sociais.

O segundo tipo orientação que motivou o ingresso das entrevistas no curso de PLPs foi guiada pela intenção de conseguir horas para a faculdade. Dentre as participantes que expressaram essa orientação, identificam-se aquelas que fizeram o curso apenas em razão das horas, e outras que, além disso, buscaram o curso por abordar temas que elas têm interesse e que dialogam com sua área de formação. O primeiro tipo de visão pode ser constatado na fala de Bf do grupo Maria da Penha a qual demonstra ter participado do curso de PLPs, única e exclusivamente, por causa das horas que precisa a sua faculdade (grupo Maria da Penha):

Bf: Eu assim não tinha noção nenhuma o que era PLP. Aí eu vim através de um amigo que me indicou e vim por causa das horas extras que eu precisava. Né. Foi ótimo. Agora eu acho assim que o curso ta tendo muita gente assim universitária. Eu acho que não é por aí. Eu acho que esse curso deveria ter um meio de chegar até essas=essas donas de casa, as pessoas que não trabalha fora, que não sai, que tem aquele, que vive naquele mundinho. Esse curso para essas pessoas são excelente. A mulherada precisa abrir a mente delas. ((Maeh)) Deveria ter um meio de chegar até essas mulheres, próximo ano, né, pra vocês que trabalham aí na (2). Porque eu vim, apesar que eu vim, cheguei aqui e adorei, aprendi muito. Muita coisa que eu vi aqui eu já sabia. Foi bom. Só reciclei mais ainda, né. Mas eu vim só através das horas. Mas aí gostei, fiquei (2);

Identifica-se que essa orientação segue mais uma óptica utilitarista do curso voltada para a resolução de uma questão prática que é conseguir as horas para complementar a carga horária da faculdade. Outro ponto a ser analisado no discurso de Af é a crítica que ela faz ao tipo de público que está sendo atingido pelo curso de PLPs, fazendo referência às mulheres que estão cursando o nível superior. Para Bf, o curso deveria tentar atingir o segmento de mulheres que vivem no seu "mundinho", termo utilizado para se referir as mulheres que tem pouco trânsito social para além do espaço doméstico, como por exemplo, as donas de casa, por perceber que essas têm mais dificuldade de acessarem espaços que as possibilitem tomarem consciência dos seus direitos.

As demais entrevistadas expressam mais de uma orientação em relação ao curso de PLPs. Ao mesmo tempo em que estão no curso para completar a carga horária da

faculdade, elas relatam que se interessaram pelo mesmo por trabalhar temáticas que elas podem estar articulando com a área de formação delas (grupo Margaridas):

Cf: Bom, eu fiquei sabendo por uma amiga minha e passando por aqui eu vi a placa. Aí como eu preciso (matéria complementar pro curso, né?) e que tinha haver com o que eu queria, eu comecei a fazer.

Bf: Eu vim por indicação de uma amiga também que, inclusive, nem está fazendo o curso, ela ficou sabendo do curso, passou a informação pra mim, aí eu vim pro curso, ela começou a frequentar também, aí depois ela parou de vir e eu continuei e vim também porque quando ela me falou, ela me falou mais ou menos o tema, né? que seria trabalhar (e tal), que seria questões relacionadas a mulheres de um modo geral e aí eu achei muito interessante e imaginei que tivesse haver com a minha área que é psicologia e tô gostando bastante.

Tais relatos demonstram que o curso de PLPs tem atraído mulheres de diferentes áreas de formação a fim de discutir temas relacionados às mulheres e de complementarem sua formação profissional. Vale lembrar que Cf está cursando direito e Bf está concluindo o curso de Psicologia.

4.2 Enfrentamento da violência contra a mulher: possibilidades e limites

A violência de gênero é compreendida como uma violação aos direitos humanos das mulheres na medida em que é abalada a condição de humanidade da mulher, bem como, a sua integridade física e psicológica (BANDEIRA, 2009). De acordo com os índices do DF relacionados à violência de gênero, são grandes os números de feminicídios praticados pelos companheiros, maridos e namorados das vítimas (PEREIRA, 2010).

Tendo em vista que constituem objetivos do curso de PLPs trabalhar com as participantes as múltiplas facetas da violência contra a mulher e instrumentalizá-las sobre os procedimentos legais a serem utilizados para o enfrentamento de violência doméstica, buscou-se saber se as entrevistadas se sentem preparadas para realizar orientações caso se deparem com situação de violência contra a mulher.

Y: E vocês se sentem preparadas para lidar com situações de discriminação, violência contra a mulher, vocês sabem onde procurar apoio, informações e pesquisar sobre isso?

As entrevistadas afirmam que se sentem preparadas para atuarem na promoção dos direitos das mulheres e que inclusive estão colocando em prática os saberes aprendidos durante a formação através da realização de atividades voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Elas relatam experiências de socialização dos saberes dentro da comunidade, como por exemplo, distribuição de informativos para a vizinhança e a realização de encontros nas suas casas para tratar da temática da violência doméstica. Por outro lado, elas afirmam estarem preocupadas em relação aos rumos de sua atuação, enquanto PLPs, após o término do curso, sobretudo, aquelas que não fazem parte de grupos ou instituições sociais e que esperavam que a participação no curso estivesse atrelada a um espaço de atuação. Tal preocupação com a falta de local para atuar pode ser visualizada na fala de Af do grupo Maria da Penha a qual aponta que vai se dirigir a Prefeitura comunitária da sua cidade para apresentar o trabalho das PLPs e ver a possibilidade de realizar um trabalho na sua quadra em parceria com essa instituição (grupo Maria da Penha):

Af: Eu to assim lá nos minhas vizinhas eu to treinando, sabe, chamo eles, recebe qualquer coisinha aqui, qualquer coisinha daqueles panfletinhos, banners, aqueles coisinhas folders, assim, a dúvida toda é, é depois quero saber depois, já fizeram essa pergunta pra vocês quando terminar aqui, porque eu gostaria muito do fundo do coração inclusive eu distribuindo folheto essa semana eu descobri que na guariroba tema prefeitura da guariroba [...] eu to ate querendo ir lá pra falar sobre isso que aqui existe essas pessoas que fez esse curso que estão preparadas pra ajudar as mulheres da nossa quadra e tal se pudesse tipo se tiver chance da gente demonstrar nosso trabalho e tal. Mas, ai eu falei pra ele como foi escolhido esse povo aí da, da.. assim.. o que eu to assim mais preocupada é depois daqui, porque eu já tentei fazer o curso de promotoras aquela do fórum de justiça, NE, que uma amiga fez, pena que ela não me chamou, ai elas tem uma ajuda, elas sempre estão la no fórum e tal.

Bf: É???

Af: Tem

Cf: Elas sempre dão acompanhamento la faz tipo acompanhamento, né?

Af: Isso, isso e a gente, depois? Assim eu já vi muitas meninas, a gente ... a gente quer, a gente quer assim, eu mesma, eu quero engajar, sabe, pra fazer alguma coisa, fazer alguma coisa, algum coisa, mostrar o pouquinho que eu aprendi pra outras mulheres, ficar mesmo.

Outra preocupação das entrevistadas que estão atuando na comunidade é saber até onde pode ir à intervenção delas, enquanto PLPs, em casos de violência doméstica. Em relação a essa questão Bf relata que está promovendo encontros na sua casa onde discutiu o tema da violência doméstica e orientado as mulheres sobre como enfrentar essa situação. Contudo, relata que ficou receosa em dar continuidade a esse modelo de atuação depois que seu marido chamou-lhe a atenção sobre os perigos que podem estar

correndo em utilizar a casa deles para realizar a orientação de mulheres vítimas de violência. As demais integrantes do grupo concordam que é perigoso realizar esse tipo de intervenção de forma desarticulada com outras instituições por considerar que ela e sua família ficam expostas e desprotegidas caso alguém apareça para tirar satisfação sobre o trabalho delas (grupo Maria da Penha):

Cf: Mas, eu tive problema eu juntei varias mulheres da igreja, fomo la pra casa, ai, minha casa tem duas garagens, minha casa só tem casa, você precisa ver, é casa nos fundo, é de andar, é na frente, precisa ver, só tem casa, falta gente naquela casa aí eu encho de mulher, aí eu coloquei uma das garagens um monte de cadeirinha e uns tomando chá e comecei a falar sobre violência doméstica, sobre violência doméstica foi e foi um amigo a esposa dele também que trabalha na área de saúde e eu ate to tentando fazer parte do conselho da saúde. Não ta conseguindo Ai a gente começou a conversar, menina, foi uma tarde maravilhosa ai,mas depois, a mulher veio procurar saber onde q ela poderia ir pra ir na delegacia (????) e meu esposo já me chamou a atenção, oh, a mulheres estão vindo atrás de você, atrás de informação pra resolver os conflitos delas, quando esses maridos estiverem no estagio nervoso deles, eles vão bater aqui, eu falei não, mas, essa mulher veio pegar informação pra uma do P SUL e na verdade foi isso.. ela falou que a amiga dela estava com problemas como marido e que esse marido já tinha outra só que o marido quer tirar ela da casa pra colocar a outra que é novinha, a outra é de menor, quer colocar a de menor lá e a de maior vai procurar seu rumo e ela não quer perder a casa porque ela já tem um filhinho de dois anos, NE. Então, ela falou eu começo por onde? Eu falei: minha filha, vai na delegacia vê que la dá todas as informações e depois se você não conseguir você vem aqui que eu vou com tu, meu esposo falou assim: você é doida!!! (risos). Eu conheço uma doutora, Débora, muito especial pra mim, sabe, que antes trabalhava na DEAM agora ela ta na estrutural, então eu falei assim ai a gente vai na Dra. Débora que ela resolve essa questão aí, mas, se resolver me lascando aqui.. então, a minha preocupação já é essa, até que ponto que eu posso ir, eu posso ir (?????????)

Bf: eu acho assim perigoso mesmo, eu acho, o seu marido, eu acho, ele ta certo mesmo em você envolver o seu lar, o local onde você mora, porque esse pessoal eles...

Af: Mas, ai, como é que a gente vai receber essas mulheres?

Bf: Ah, ai, tem que ter ai é que ta por isso que você tem que entrar em algum local, sei lá

Af: ta vendo aí gente se expõe, sabia, aquela menina la do Paranoá? É complicado

Então, ai, eu acho assim a gente queria também o curso que mostra pra gente como é que vai ser o que é que a gente pode, até onde a gente pode ir, onde a gente vai estar, estar

Cf: Como é que você faz uma intervenção assim pra você não se expor? Como? [...]

Assim como o grupo Maria da Penha, o grupo Margaridas se considera preparado para lidar com situações de violência doméstica e têm como estratégia de enfrentamento a divulgação dos instrumentos legais de prevenção e combate a violência doméstica, como por exemplo, a Lei Maria da Penha, e aos serviços de atendimento e proteção desse público. Contudo, ponderam que o resultado do trabalho de intervenção depende da abertura das mulheres que elas estão tentando ajudar visto que já se

depararam com situações em que algumas não aceitam ser ajudadas e que, inclusive, discordam da posição defendida por elas (grupo Margaridas):

Bf: Eu tenho.

Cf: Eu peço pra pessoa ligar pro 180.

Bf: É, eu também.

Cf: 180 e tento convencer e dou a minha cartilha da lei Maria da Penha pra ela ler e pronto. Se ela quiser ligar, né? Porque às vezes a pessoa não aceita se você ligar e ainda você... ainda considera você que é a errada, né? Então...

Bf: É, eu também...

Af: Elas vão... elas retiram as queixas.

Bf: Mas... é mais ou menos por aí. Eu tento, né? orientar, explicar. Inclusive eu já passei por situação dessa, por uma situação dessa, de uma colega lá no trabalho, o namorado, marido, sei lá, companheiro dela na época tentou matar ela com um facão desse tamanho assim. E... mas ela não era tão bobinha não, ela enfrentou ele, né? Segurou ele, imobilizou ele e foi atrás, foi atrás e aí eu dei força pra ela, apoiei ela, “realmente vai.” Ela foi, fez ocorrência, fez... só que a burocracia, gente, é enorme. Ela quase tava desistindo já de correr atrás, de e a gente no pé dela “não, não faz, não faz, não faz.” Então assim eu já passei por essa situação e realmente eu dou maior força e se precisar ligar eu mesma ligo porque é anônimo mesmo e falo onde é que é, e faço o que eu puder fazer eu faço. E se for comigo a mesma coisa, se vim é uma vez só porque não vai duas vezes não. Ou vai apanhar muito porque a primeira coisa que eu achar na eu tacho na cabeça, quebro logo, vou presa ou então eu vou na delegacia e vou correr atrás dos meus direitos.

Cf: Assim é muito delicado, né? tem que vê até onde a pessoa aceita ser ajudada porque a gente quer é ajudar, né? E ela só aceita ajuda até um ponto e depois (), né? É difícil. É porque assim é uma relação muito ().

Verifica-se na fala das entrevistadas a orientação de que o enfrentamento da violência doméstica perpassa pela vontade das mulheres vítimas de violência de querer sair dessa situação e não apenas do preparo delas enquanto PLPs. Nesse sentido, Af exemplifica que está tentando orientar sua mãe a enfrentar a situação de violência, mas que está sendo difícil ajudá-la pelo fato de partirem de visões divergentes. Segundo Af, sua mãe não se separa do agressor por entender que o casamento é para a vida toda (grupo Margaridas):

Af: Não aceita. É, não aceita porque, no caso da minha casa mesmo, às vezes eu tento ajudar a minha mãe e ela não aceita porque ela fala “ah, eu casei com ele e vou morrer com ele e vai ficar assim e pronto.” Então as pessoas não aceitam, né? Fica só de você querer, a pessoa também tem que querer.

Observa-se que a visão construída culturalmente pela forte disseminação da religião judaico-cristã no Brasil de que os cônjuges têm que permanecer casados “até que a morte os separe” torna-se um dogma para algumas mulheres, fazendo com que as

mesmas abram mão do direito de terem sua dignidade e integridade respeitadas ao longo da vida de casada.

De acordo com as entrevistadas, um conjunto de fatores dificultam a saída das mulheres da situação de violência doméstica, tais como, os discursos machistas que banalizam a prática da violência contra a mulher como, por exemplo, a reprodução do discurso que “mulher gosta de apanhar”; o machismo institucionalizado; a dependência econômica do agressor; a falta de apoio da família; a inadequação dos serviços de prevenção e combate da violência contra a mulher, dentre outros. Segundo as entrevistas, a soma desses problemas provoca uma maior fragilização das mulheres dificultando ainda mais o enfrentamento da situação de violência (grupo Margaridas):

Bf: [...] muitas delas não querem mais ficar com o companheiro muitas delas apanham, mas não querem apanhar porque o que você ouve da maioria dos homens “ela gosta de apanhar” a gente sabe que não é isso, o que ocorre é que o governo não dá uma estrutura pra ela a começar pela delegacia que ela vai fazer a denúncia e já é discriminada. Isso naquela época que eu estudava lá, né? Hoje melhorou um pouquinho.

Af: (Hoje em dia em muitas delegacias se você chega pra denunciar) eles tenta fazer com

Bf: Você desistir.

Af: Desistir “ah, mas ele é seu marido. Ele é seu marido.” Aí a pessoa fica com medo, né? ()

Bf: Aí já tá fragilizado, né? aí o que ocorre, tá beleza, né? a mulher vai, tá ela quer realmente “eu não quero mais ficar com ele, eu não quero. Eu tô apanhando, não tá bom, não tô gostando, tô sofrendo.” Aí o quê que acontece? Ela julgada pelas pessoas, o povo fala que ela gosta de apanhar; ela não tem lugar pra ficar porque você a maior confusão aí, não é?

Cf: Porque normalmente tem mais de três filhos. Ninguém quer pegar.

Bf: Não tem onde ficar e aí o quê que ela faz? Ela é obrigada, entre aspas, a permanecer com o companheiro porque ele bate nela, ele estupra ela, ele faz tudo o que ele quer com ela, mas ele dá comida pra ela, né? ele dá moradia pra ela, né? Assim, de uma forma geral, ela e os filhos.

Então ela não quer ficar com ele, ela não gosta dele, ela tem nojo dele, que muito, você escuta muito de muitas mulheres “eu tenho nojo dele. Não gosto de transar com ele. Eu não quero ele.” Mas ela é obrigada a ficar porque ela não tem pra onde ir porque a família não aceita ela porque ela tá com um monte de filho, a sociedade não tem lugar pra ela porque a Casa Lar lá, aquela casa lá é uma baixaria aquilo ali, infelizmente a gente sabe que não é, não deveria ser daquele jeito, mas é. Então ela fica... assim ó, mãos atadas.

Af: E quando ela consegue sair, ela não consegue creche pra deixar as crianças pra poder trabalhar porque aí ela não vai querer, ele não quer dá uma ajuda, uma assistência “ah, vai pra Justiça.” Chega na Justiça ele fala assim “eu ganho trezentos reais.” Ela vai ficar com dez, vinte reais mensal. Então ela se vê numa situação que ela tem que esperar os filhos crescer, agüentar aquilo ali, esperar os filhos crescer pra poder vê se se liberta. Aí já chega uma situação que ela já tá tão... já fragilizada que a... já vivi assim então...

Bf: É. Então a gente... a gente... eu trabalhei, inclusive, nessa área na época do meu estágio, eu atendi muitas mulheres, né? vítimas de violência e era isso o que elas falavam, o relato delas era esse “eu não quero, eu não gosto dele. Ele me obriga a ficar com ele, ele me obriga a fazer coisas que eu não quero dentro de quatro paredes, mas eu

tenho que ficar com ele, eu não tenho outra opção, eu não tenho pra onde ir, eu não tenho ninguém que me ajude. Eu não tenho emprego, eu não tenho minha família.” Então ela tem que ficar com ele. Ela não tem ela não tem assim eh alguma coisa que dê... eh... sustentabilidade pra ela, que dê suporte pra ela. Porque se ela tivesse uma Casa Lar dessa daí por exemplo, que desse lá pra ela trabalhar, se manter, viver com os filhos dela ela sairia de cabeça erguida, mas infelizmente não tem, aí ela é obrigada a ficar com ele porque ele mesmo falou pra ela “você é minha. Eu pago as suas contas. Eu pago comida pros nossos filhos então você tem que fica comigo.” E é isso o que acontece.

Af: Os nossos filhos, não, eles não usam isso. Os seus filhos.

Bf: Os seus filhos. É, é isso o que eles fazem. Da maioria das vezes que vinha mulheres vítimas de violência a gente ouvia isso delas. Elas ficavam com medo e ficavam lá com eles. Até... Muitas eram assassinadas porque iam ia denunciar e denunciava e o povo não dava importância e quando ia descobrir a mulher já tinha sido assassinada. Tinha casos assim.

Cf: É pouca de delegacia pra atender as mulheres, tem muito pouco. Então a maioria assim não quer se deslocar pra tão longe, né? O próprio constrangimento de se deslocar tanto, não quer.

No relato acima o grupo Margaridas denuncia a inadequação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e o tratamento desumano que essas recebem. Um exemplo disso, segundo as entrevistadas, é a tentativa de alguns profissionais das delegacias de convencer as vítimas de violência a desistirem de fazer a denúncia contra o agressor. Segundo Af, eles utilizam o seguinte discurso: “ah, mas ele é seu marido. Ele é seu marido”. Observa-se que esse discurso é um mecanismo utilizado para tentar controlar a mulher pela culpa.

Ainda no que se refere à falta de estrutura dos serviços, as entrevistadas fazem referência a dificuldade das vítimas em conseguir acessar as Casas Abrigo, instituições de acolhimento e proteção desse público, e ao reduzido número de delegacias de atendimento à mulher. Bf relata que o descumprimento das medidas de proteção coloca as mulheres que fazem a denúncia em situação de maior vulnerabilidade e risco de vida.

As entrevistadas também refletem que sair da situação de violência doméstica é mais complicado para a mulher que tem filhos por compreenderem que é um fator que aumenta a dificuldade de conseguir apoio da família, de se inserir no mercado de trabalho e de conseguir vagas na Casa Abrigo. Nesse sentido, Cf relata: “Porque normalmente tem mais de três filhos. Ninguém quer pegar”.

Além disso, denunciam a falta de vagas nas creches para deixarem as crianças e o baixo valor da pensão paga pelo pai aos filhos. Essa falta de suporte fora do ambiente doméstico, faz com a mulher se vejam "obrigadas" a esperar que os filhos cresçam e adquiram autonomia para depois “ver se liberta” da situação de violência. Contudo,

depois de algum tempo sofrendo violência a mulher fica “fragilizada” a ponto de não conseguir sair mais dessa situação. Nesse sentido, Af relata: “Então ela se vê numa situação que ela tem que esperar os filhos crescer, agüentar aquilo ali, esperar os filhos crescer pra poder vê se se liberta. Aí já chega uma situação que ela já tá tão... já fragilizada que a... já vivi assim então...”

A ocupação da posição de provedor do lar pelo agressor é utilizada como instrumento legitimador do seu poder de mando em relação a mulher e aos filhos. Tal lógica pode ser observada quando Bf cita o seguinte relato de uma mulher vítima de violência que ela atendeu: “ele mesmo falou pra ela “você é minha. Eu pago as suas contas. Eu pago comida pros nossos filhos então você tem que fica comigo. E é isso o que acontece.”

As entrevistadas identificam que os filhos são vistos como pertencente apenas a mulher o que revela uma compreensão social da maternidade como obrigatória e a paternidade como facultativa. Quanto a isso, Cf faz a seguinte ponderação em relação a fala de Bf citada acima: "Os nossos filhos, não, eles não usam isso. Os seus filhos." A sobrecarga em cima da mãe fica evidente em, praticamente, todas as falas das entrevistadas.

Reflexões semelhantes foram feitas pelo Grupo Maria da Penha sobre a violência doméstica. Contudo, vale a pena destacar o relato de Cf em que explicita uma série de violações de direitos que as mulheres vítimas de violência de setores economicamente desprivilegiados enfrentam (grupo Maria da Penha):

Cf: Num final de semana desse eu fui lá pra Ceilândia Norte a pé, eu normalmente, pra não pagar muita passagem eu vou a pé e isso acontece com muita gente e parei num posto policial e perguntei a ele como é que tá o nível de violência doméstica, NE, a mulher e ele falou que as crianças, as crianças já estão correndo indo lá no posto chamando ele bem assim, por favor, por favor, vai lá na minha casa que meu pai tá batendo na minha mãe, por favor, quando ele chegou lá, é uma senhora que trabalha a semana todinha é cozinheira lá na casa do P Sul, é cozinheira, sábado lava a roupa o dia todinho, aí, domingo, de sábado pra domingo o homem bebe e vai bater nela, o filho vai lá no posto policial chamar pra salvar a mãe dele. E tem mais ele disse assim: que ele já foi duas vezes, que ele tá achando que essa mulher gostava de apanhar. Agora uma senhora, uma senhora obesa assim, tipo maltratada, sofrida. Agora, se você ver as condições de moradia dela, de aluguel, assim, onde moram muitas casinhas, muitas pessoas moram naquele lote, naquelas condições, aquela mulher mesmo não tem tempo, lazer, não tem, não tem e não consegue sair daquela situação. Ela tem três filhos e as crianças aprenderam a chamar o policial pra não ver mais a mãe violentada. A auto-estima dessa mulher trabalha a semana todinha, isso o policial me relatando, trabalha a semana todinha, e no final de semana a mulher vai apanhar.

Ainda no que se refere à violência contra a mulher, as entrevistadas refletem sobre a situação de constrangimento e preconceito sofrido pela mulher vítima de estupro que busca os serviços de atendimento a mulher. Bf crítica o fato de a vítima ter que relatar várias vezes o modo como ocorreu o ato de violência e ter que responder perguntas que demonstram uma visão que considera a mulher como possível provocadora do estupro (grupo Margaridas):

Bf: O próprio constrangimento, gente. É Muito constrangedor. É igual caso de estupro. É muito constrangedor pra mulher vítima de estupro. Aí ela chega na delegacia, ela tem que contar a história todinha “o quê que ele fez?” “ah, ele me pegou, fez isso, tirou minha calcinha, me chupou, me mordeu, não sei o que, não sei o que...” Aí beleza. Aí depois vem a assistente social, ela conta a mesma história.

Cf: “Na hora () houve penetração?”

Bf: É, aí depois vem a fulana, a psicóloga, ela conta a mesma história. Aí vem o agente lá não sei das quantas, a mesma história. Aí vai pro IML, a mesma... Gente! Isso é horrível. Isso é horrível. Isso é massacrante pra uma mulher que passou por uma violência sexual. O quê que eles tinham que fazer? Arrumar uma equipe: o psicólogo, o agente, a assistente, sei lá quem mais, juntar todo mundo “conta aí a história. O quê que aconteceu?” Pronto! Não precisa contar mais. Mas não, conta, cada um quer escutar, cada um... E ainda fica fazendo umas perguntas idiotas, né? Igual essa daí “houve penetração? Machucou?” Sabe? Umas coisas que não tem... Isso não faz sentido, né?

Cf: Você já conhecia ele? Você já viu de algum lugar?

Bf: É, como se, assim, fosse ela fosse a culpada. Então, ah, é muito... sabe? É muito doloroso.

Cf: Você tava usando que tipo de roupa? Que é discriminando.

Bf: É, discriminando.

Cf: Aí se ela fala assim “ó, eu tava com uma roupa decotada.” Aí o psicólogo já bate, o outro já vai “aí, é a roupa.” (Já vai contra a mulher).

Bf: Já vai discriminando.

Af: Engraçado, o homem pode andar sem camisa, né? A mulher usa (decote)...

Bf: E ela que paga.

Af: É horrível.

Cf: Por causa do decote. Não, é demais.

4.3 Aplicação dos conhecimentos no cotidiano comunitário, profissional e familiar

Em continuação as reflexões das participantes do curso de PLP sobre as suas experiências de atuação, elas foram questionadas se têm aplicado os conhecimentos aprendidos no curso no cotidiano familiar, profissional e comunitário. Observou-se que devido à amplitude da pergunta, as participantes tiveram dificuldade de falar sobre suas experiências em todos esses espaços e de seguir a seqüência proposta pela

entrevistadora. Desse modo, a partir desse questionamento as entrevistadas fizeram seus relatos na seguinte ordem: relataram primeiramente as experiências no cotidiano comunitário e em seguida sobre a experiência no ambiente familiar.

Em relação ao campo profissional, não foram feitos relatos de experiência. Contudo, ao longo do grupo de discussão ficou claro que algumas participantes têm aplicado os conhecimentos no ambiente de trabalho, como por exemplo, Cf do grupo Maria da Penha que relata estar lidando com casos de violência doméstica na Secretaria de Justiça, local onde estagia, e estar fazendo uma pesquisa sobre violência doméstica.

No grupo Margaridas, isso também foi identificado na fala de Bf que relatou uma experiência de ter ajudado uma colega de trabalho a sair da situação de violência doméstica. Além disso, observa-se no relato das entrevistadas que estão cursando nível superior que elas estão articulando os conhecimentos aprendidos no curso de PLPs aos conhecimentos da sua área de formação.

No que se refere ao ambiente comunitário, foi constatado nos relato anterior que as PLPs em formação têm desenvolvido atividades de enfrentamento da violência doméstica dentro da comunidade. Além disso, observa-se que elas têm promovido iniciativas no sentido de fazer com que as autoridades locais tomem conhecimento das demandas das mulheres da comunidade. Exemplificando isso, Cf do Grupo Maria da Penha relata que promoveu um encontro entre as mulheres da sua comunidade e um médico do Posto de Saúde da cidade para expor as dificuldades de acesso aos serviços ginecológicos desse posto e o problema da falta de médicos (grupo Maria da Penha):

Y: Sim, e dentro da família de vocês na área profissional, na comunidade, vocês têm conseguido levar essas discussões pra dentro do cotidiano de vocês de alguma forma?

Eu tenho, eu tenho,

Cf: Sim, inclusive, no meu chá, convidei uma pessoa que é um médico la daquele posto cinco e falei doutor, sabe qual o maior problema das mulheres, na frente, to do lado das mulheres pra ???? essas mulheres, falei doutor, sabe qual o maior problema das mulheres? A mulher que trabalha fora, tem um dia pra fazer um preventivo, ai vai la no posto não tem o médico

Af: └ Não tem

Cf: Daqui dois meses, três meses vai conseguir marcar, aí ela falta outro dia, aí fica mau vista no serviço, aí chega uma pessoa e diz assim: poxa, você não ta se cuidando, como que se cuida, se você vai la no posto uma pessoa pra fazer o preventivo dessa mulher? Ai ele falou é mesmo é uma questão mas, tem um médico, só que uma doutora que entra de férias e não tem outra pra substituir.

Cf: Veja essa posição dessas mulheres.

Bf: └ Gente e esses concursos ai heim

Af: └ É

Cf: Essas mulheres que trabalham fora elas têm muita dificuldade de fazer esse preventivo, aí ele perguntou para mim bem assim quanto tempo que você fez exame e

eu já têm três anos mas eu já fui no posto mas não consegui marcar
Af: isso que eu to falando pra ela que eu também não consegui
Cf: não consegui marcar
Cf: E ele ficou impressionado porque ele disse que desconhece a situação como que o senhor não sabe, a gente sabe que tem a doutora que todos os dias ela atende, mas agente não sabe, o número da demanda de mulheres que vão lá que não conseguem, quer dizer eu já levei uma situação pra ele.
Ah!!! que 10!
Bf: Ai eu convido as meninas pras palestras da lei Maria da penha, eu tento passar o máximo que eu posso pra elas.
Cf: As mulheres gostaram tanto que depois ficam lá no portão conversando.

Verifica-se que essa problemática que Cf está tentando resolver é uma realidade vivenciada por ela mesma: “aí ele perguntou para mim bem assim quanto tempo que você fez exame e eu já têm três anos mas eu já fui no posto mas não consegui marcar.” Af confirma o problema de atendimento no posto de saúde dizendo que também não conseguiu marcar o referido exame. Observa-se que Bf fica “pasma” com essa situação devido ao fato de ter sido realizado concurso público para médicos.

Segundo Cf, a raridade de vagas no posto de saúde faz com que as mulheres tenham que se ausentar mais de um dia do trabalho para conseguirem serem atendidas, correndo o risco de “ficarem mal vistas” no trabalho. Além disso, ressalta que a mulher que não faz exame de prevenção fica sujeita a ser julgada como uma “pessoa que não se cuida”. O mais impressionante, segundo Cf, foi o médico dizer que não tinha conhecimento da quantidade de mulheres que não conseguem ser atendidas. Isso demonstra o quão desarticulado está à comunicação entre os profissionais dentro dos postos de saúde.

A fala de Cf revela uma visão de que a participação social pode contribuir para a transformação da situação problema vivenciada por ela e pelas demais mulheres da sua comunidade. Observa-se que o fato de ter colocado o profissional do posto de saúde a par das dificuldades das mulheres da comunidade de conseguirem fazer o exame preventivo e estar incentivando as mulheres da comunidade lutar por seus direitos é visto como um avanço por Cf.

Assim como as demais entrevistadas do grupo Maria da Penha, Bf relata tem socializado os saberes na sua comunidade através da divulgação de palestras sobre a lei Maria da penha e compartilhando o que aprende com outras mulheres.

Quanto à aplicação dos conhecimentos aprendidos no curso de PLPs na esfera familiar, as entrevistadas relatam que um dos temas que elas têm mais dificuldade de

trabalhar com seus familiares é o respeito aos homossexuais devido o preconceito desses em relação a este segmento (grupo Margaridas):

Cf: [...] então meu filho ele é um pouco assim fechado, preconceituoso quanto a gays e lésbicas e eu não sou NE.

Bf: gente porque adolescente tem isso NE?!

Af: eu não sou, mas é porque tem um grupo pra ser aceito no grupo eles são machos, eles estão deixando saindo de crianças pra ser homem, no grupo deles se acha que eles vão, ele mesmo que ele não tenha, no fundo ele sabe que são pessoas humanas que não tem nada haver, mas eles tem que mostrar que são tudo macho nossa machão, ai eu falo pra ele,

Cf: ai toda vez que eu chegava daqui do curso eu falava pra ele, o que aconteceu no meu curso nos falamos sobre isso e isso, sobre gays sobre homossexuais, nossa mãe que assunto eu não agüento isso eu não tenho coragem de assistir uma palestra dessa.

Bf: quantos anos ele tem?!

Cf: tem 20... ai eu comecei a falar com ele comecei a conversa com ele, meu filho ele é uma pessoa, não entra num questionamento, ele é um filho de Deus, ele é uma pessoa, e merece respeito e tem seus direitos e fiquei falando, ai ele falou assim mãe oh é melhor a senhora ficar na da senhora e eu na minha, então eu peguei e falei assim esse livrinho eu trouxe pra você que é pra você se cuidar, porque doença não tem, não tem endereço não vai em qualquer lugar.

Para Af, o preconceito do filho adolescente de Cf em relação aos homossexuais está relacionado à necessidade deles mostrarem que são “machos” para serem aceitos pelo grupo e faz parte do processo de transição da infantil para a vida adulta. Cf relata que tentou convencer o filho argumentando que os homossexuais são filhos de Deus, que são pessoas e que merecem respeito e tem seus direitos, contudo esses argumentos não resultaram numa mudança de posicionamento do seu filho.

Diferentemente de Cf, Bf considera que os gays e as lésbicas também são preconceituosos em relação aos heterossexuais. Conforme Bf, os homossexuais agem como preconceito quando interpretam a vontade dela de não querer ter filhos/as homossexuais como um preconceito. Para Bf, o desejo de não ter uma filha lésbica é para evitar que ela sofra um duplo preconceito: um por ser mulher e outro por ser lésbica. Apesar de Bf não querer que os filhos sejam homossexuais, ela considera que as pessoas têm que aceitar as diferença.

Bf: olha só você sabia que assim os próprios gays e lésbicas que eles mesmo são preconceituosos,

Af: Sabia. com os heteros, por exemplo se eu chegar e falar se perguntar pra mim você quer ter um filho gay? eu vou falar não quero, você quer ter uma filha lésbica? Não não quero, já é difícil você mulher sexo feminino, ser mulher, vc já

Af: └ Já tem toda uma problemática na nossa sociedade.

Bf Passa N dificuldades, sofre acha que eu vou desejar isso, não é questão de eu querer,

eu acho assim você tem q aceitar as diferenças,
 Cf: as diferenças
 cada um tem o direito de ir pra onde, de ir e vir, de ser o que quiser ser,
 Cf: └ Isso, essa é a
 dificuldade da sociedade
 Bf: eu tenho que gostar de você porque você é um ser humano, porque você é digno do
 meu respeito da minha atenção independente de qual seja a sua escolha,
 Af: └ eu acho que no
 fundo
 Bf: Mas eu sinto isso se você fala um negocio desse, pra ela é preconceito, não é
 preconceito sabe.
 Af: É igual eu sempre falei pros meus filhos, o que vale no fundo do coração é o caráter
 da pessoa, independente se, se é, porque o que adianta ser um hetero e se uma pessoa
 desonesta? Qual a diferença? Porque minha filha ela gosta de outra pessoa sabe, gosta
 de menina NE, de mulher, e ela nunca agente nunca sentou pra conversa sobre isso,

Segundo Af, a pessoa deve ser julgada com base no seu caráter, independente da orientação sexual. Contudo, em seguida ela relata que não adianta ser uma pessoa heterossexual, mas ser desonesta porque não vai ter diferença em relação aos que são homossexuais. Observa-se no discurso de Af que a pessoa que é heterossexual já tem uma qualidade, mas que se aliada a um defeito de caráter, como por exemplo, a desonestidade equipara-se a uma pessoa que é homossexual. Na lógica de Af, se houvesse uma heterossexual e um homossexual de boa índole valeria mais o primeiro visto que a orientação sexual ainda é vista como um fator de peso no julgamento de Af.

Apesar de Af não se considerar preconceituosa, ela justifica a agressividade de alguns membros da família em relação à orientação sexual da sua filha como um ato de amor que tem como intuito resgatá-la. Além disso, aponta que essa atitude está relacionada ao medo de sua família ser discriminada na rua por terem um parente homossexual (Maria da Penha):

Af: [...] ai eu falo oh ninguém é obrigado, até meu irmão tem um irmão que tinha a maior raiva, meu irmão gostava dela, quando ele soube criou a maior raiva, e ela achava que ele que tava errado, não oh ele gosta de você mas só que ele não é obrigado a receber a menina aqui em casa, mas no fundo, pois é mas no fundo, e agora não a Ana chega lá em casa ele conversa com a Ana fala com ela oi Diana e antes ele nem conversava, ne, hoje tem um sobrinho meu também que um dia desse que queria bater nela, mas eu falei isso é porque as pessoas ama você e essas coisas é muito difícil pra pessoa aceitar, não ele aceitar, mas é o medo das pessoas apontar na rua fulano oh fulano é isso, é isso, é isso, a família...

O grupo Margaridas afirma que também está tendo dificuldade de trabalhar o tema da homossexualidade. Relatam que as pessoas que se assumem homofóbicas

respaldam seu preconceito ora em perspectivas científicas ora em fundamentos religiosos, conforme relata Bf (grupo Margaridas):

Bf: [...] Porque lá no outro curso que eu faço lá na UnB sobre homofobia, a gente tem uma pessoa lá que a gente vê claramente que ela é extremamente preconceituosa e aí assim a gente, a maioria do grupo, né? tem uma visão diferenciada que é de aceitação, de... né? e ela a gente vê claramente que ela é totalmente preconceituosa e a gente tenta, sabe? reunir argumentos e tenta e tenta e a pessoas fica batendo naquela mesma tecla, ela fica batendo na mesma tecla.

Af: Ela acha que é safadeza.

Bf: Isso. Ela... ela... pega os argumentos assim que você vê que não é científico, não tem... sabe? mas não dá o braço a torcer de jeito nenhum. Então acho que é meio que ela...

Af: (Ela pega... ela não pega nem religioso nem científico).

Bf: Às vezes ela põe religião no meio, às vezes ela tenta por o científico no meio, mas o científico que ela coloca não é científico coisa nenhuma. Então assim a gente vê claramente. Então você vê como que é próximo isso. A gente acha que a gente está preparado, mas, foi como vocês falaram, depende da pessoa, depende do momento também. Pode ser que quando terminar o curso ela consiga ter uma visão um pouquinho diferenciada porque até agora, a gente já tá mais ou menos na metade do curso e a gente tá vendo que ela não, sabe? ela não tenta pelo menos entender, pelo menos... ela sempre é o do contra, sabe? Então é difícil.

Af: É porque as pessoas são criadas pra não aceitar. Pra não aceitar, né?

Bf: Exatamente. É porque é uma mudança muito radical, né? gente. Uma coisa nova, uma mudança muito radical. Então têm pessoas que ainda não tá... não é que ela não queria, ela não tá preparada pra aquilo ali ainda, né? É difícil.

Af: É porque a sociedade foi criada pra não aceitar.

Bf: E pra não aceitar.

Af: Pra não aceitar. Hoje em dia essa nova geração tá sendo criada pra aceitar, né?

Bf: É, eles são bem mais maleáveis, mas a minha geração, dos nossos pais, por exemplo, Deus me livre! Isso pra eles é aberração da natureza. E aí assim vai da criação. Eu é porque eu sou uma pessoa muito moderna, já fiz Psicologia, e lá no curso de Psicologia a gente também trata sobre isso. Então assim acho que isso ajuda também, né? Mas no fundo a gente tem preconceito com algumas coisas, não é? Normal. Agora o dela, o preconceito dela é muito gritante, sabe? Às vezes você tem, mas você tenta dá uma... “opa, peraí”, né? deixa pelo menos eu respeitar. Agora têm pessoas que não conseguem nem respeitar.

Af: Nem respeitar... o outro.

Observa-se a partir das falas das entrevistadas que o comportamento homofóbico é decorrente de uma educação heteronormativa que é reproduzida nos diversos espaços sociais de modo que a imersão das pessoas nessa cultura de forma acrítica produz uma visão preconceituosa difícil de ser transformada.

4.4 Desafios a serem superados pelas mulheres

Na discussão sobre os desafios a serem enfrentados pelas mulheres, o foco das

entrevistadas voltou-se para a reflexão sobre a falta de reconhecimento dos direitos das mulheres e sobre o preconceito sofrido pelas mesmas no espaço público, principalmente, no mercado de trabalho. Por outro lado, os grupos discorrem sobre a ampliação dos direitos das mulheres, nas últimas décadas, especialmente, no que se refere ao acesso à educação e ao exercício da sexualidade.

Um das primeiras reflexões é que não basta que haja um reconhecimento social de que as mulheres têm direito, é preciso que o Estado demonstre empenho para que os direitos sejam garantidos. Outro entendimento é que a dificuldade das mulheres de acessarem seus direitos não se soluciona com um simples apóio do Estado, é necessário uma ação que estabeleça proximidade com os segmentos de mulheres que desconhecem seus direitos, que estão em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social (grupo Maria da Penha):

Y: e agora falando um pouco sobre a mulher ainda, pra vocês quais são os maiores desafios a serem esperados pelas mulheres atualmente, vocês também como mulher, quais os maiores desafios pra mulher?

Af: É de que no mundo eu acho que a sociedade reconhecer que a gente tem direitos, eu acho que não adianta a gente saber que tem e o estado não reconhecer.

Bf: Mas hoje em dia tá tudo mais aberto, tem N opções, tem N armas pra você enfrentar, acho que tá assim um pouquinho é essa parada ainda da idade. Mas, levanta a cabeça...

Cf: Mas, ainda tem uma questão devido eu estar lá no meio lá das mulheres lá e conheço elas muito e com dificuldade de dar passos elas precisam de mais uma força, elas precisam de uma força não é que o estado vai lá apóia elas e que assegura, eu acho que elas precisam de uma pessoa lá pra falar acorda amiga, vamos lá, vamos, vamos a vida, vamos correr atrás,

Af: Ainda tem, ainda tem, você tem opção só da gente saber que você tem segunda opção.

Vale a pena esclarecer que Bf ao afirmar que um dos problemas com que as mulheres se deparam é a “parada da idade” ela está se referindo a discussão que fizeram sobre as dificuldades das mulheres acima dos 35 anos para conseguir se inserir no mercado de trabalho na passagem que relatam suas experiências de terem sofrido preconceito. Nessa passagem, as entrevistadas refletem sobre a falta de oportunidades para as mulheres acima dessa faixa etária e relatam experiências de terem sido rejeitadas em empregos da sua área em razão da idade (Maria da Penha):

Af: [...] já na brincadeira ah nosso país não temos preconceito lógico que tem, por isso que eu falo, a questão de, até agente que consegui de um pulo assim depois de 30 anos depois de casada resolvi estudar você não tem muita oportunidade não, agente como mulher, como a menina falou até tem mas só até os 35 anos de idade, até isso até

o estado, ate próprias, NE, ate em questão de oportunidades.

Cf: esse e o meu problema essa falta de oportunidade, eu fui entregar um currículo pra um amigo Milton, uma amiga minha falou ai ele falou... ah a sua idade já passou dos 40?! a empresa lá só pega ate os 35, meu Deus eu fui daqui na samambaia na maior alegria, e quando eu cheguei la o quê que eu ouvi, você já esta muito velha, não vou não posso não devo ficar triste por causa disso, mas e uma questão social que tem q ser revista porque nos temos muito o que construir,

Muita praticidade, maturidade, nós temos que orientar as mais novas

Isso é o que eu falo com a minha filha oh, aproveita essa parte da juventude que é a parte que tem que construir tudo na juventude, ela já tem boa sorte, eu não tive a boa sorte de construir, estudar, ne, tive que ajudar minha mãe, ai casei cedo demais, não tive a boa sorte de ter um marido.. eu sempre falei pra minha filha estuda, essa época que você ta jovem é a época de você construir tudo e tudo que você quer, você pode conseguir. Porque aí a minha preocupação também aí, foi quando eu escolhi o curso era direito na época, um curso muito longo, tem muito jovem fazendo, daí eu ficava pensando: pó escolhi errado, devia ser professora, ter deixado esse sonho pra trás, você vê ainda tem isso, eu sempre falo pras meninas, da turma eu sou a mais velha, eu falo: não, gente, eu tenho que dar um jeito de fazer uma pós graduação logo, porque eu não tenho tempo mais a perder, você vê oh, até pra um estagio não consegue por causa da idade., você não pode, eu comprei um livrinho de inglês, aquele que vende nas bancas e tem um DVD, to tentando aprender, sabe, fazer um curso de inglês, pra ver se ajuda no currículo, pra ver,mas, a idade é a que mais....

E como é que fica a gente ta querendo se sentir importante..

Cf: Agora existem casos e casos, ontem eu fui lá na secretaria de justiça, eu cheguei lá toda sem jeito porque eu já sabia através de uma amiga da dificuldade que se tinha pra conseguir um estágio. Eu já cheguei toda sem jeito pra falar com a sub-secretária, que era a (??????), na época, ela falou bem assim: por que você ta assim travada? Não, eu não estou travada, é porque é tão difícil você conseguir um estágio, principalmente por causa da minha idade... – por que você não merece um estagiar você como uma mulher, porque ela valorizava a mulher, existem aquelas pessoas que valorizam você como mulher, existem aqueles que quer ver a sua capacidade, não quer ver a sua beleza, estética, e ela falou assim: pois aqui você vai ficar ate dois anos que é os eu direito e você vai ser 10 aqui na secretaria de justiça e o que eu puder fazer pra te ajudar, eu ajudarei, porque eu sou a favor da mulher, é uma advogada ela, eu sou a favor da mulher, a mulher tem que crescer, a mulher tem que crescer pra ajudar as outras que não conseguem sair do lugar. Então eu tive a sorte de encontrar aquela mulher no meu caminho, entendeu? que ela pensava na mulher, NE, ela não olhava a idade da mulher, o físico, ela falava assim: eu admiro você porque você ta lutando, ta estudando, no que precisar de mim, me liberava pra todos seminários e conferências mas, o que é... é a mentalidade dela que era diferente, é uma pessoa mente aberta..

Esse é o meu problema, tem sido o meu maior problema..

Eu acho que não é só o nosso não, a gente mulher que saiu do casamento e ta querendo construir alguma coisa, namorar..

As mulheres que ingressam na faculdade acima dos 35 anos, depois de casadas e de terem filhos são vistas como pessoas que conseguiram dar um “pulo”. Essa expressão pode significar uma percepção de que essas mulheres conseguiram avançar em relação àquelas que se acomodaram depois do casamento. Interessante destacar que as entrevistadas do grupo Maria da Penha são exemplo de mulheres que vão concluir o nível superior após os 40 anos. Observa-se que conseguir se formar não é compreendido

como algo difícil, mas sim ingressar no mercado de trabalho pelo fato de serem consideradas “velhas”. Nesse sentido, Cf exemplifica que foi recusada porque sua idade não se enquadrava no critério da empresa: “ah a sua idade já passou dos 40 a empresa lá só pega até os 35[...]”.

Essa prática de impedir as mulheres de trabalharem é compreendida como um preconceito social que precisa ser revisto por perceberem que as mulheres acima dos 40 têm muito que contribuir para a formação das mais novas com a maturidade e experiência de vida das mesmas.

Observa-se na fala de Af a visão de que o período mais propício para as mulheres estudarem e alcançarem seus objetivos é a juventude. Contudo, ela relata que não teve “sorte” porque precisou parar de estudar cedo para ajudar em casa e se casou. Por outro lado, percebe que sua filha é uma jovem que tem “sorte”, ou seja, que tem condições de estudar e conquistar os objetivos.

Enquanto a juventude goza de tempo para conquistar seus sonhos e mais oportunidades, as mulheres acima dos 40 anos não tem mais tempo a perder. Com base nessa visão, Af relata que quase desistiu de fazer direito, curso dos seus sonhos, para ser professora. Subtende-se que ela quase optou pelos cursos de licenciatura não apenas pelo fato de ter menor duração que o de direito, mas por oferecer maior oportunidade das mulheres se inserirem no mercado de trabalho.

Cf afirma que encontrar espaços que levem em consideração a competência da mulher ao invés da idade e da beleza é uma exceção à regra. Nesse sentido, ela relata que conseguiu estágio porque teve “sorte” de haver pessoas com uma visão de valorização da mulher: “Então eu tive a sorte de encontrar aquela mulher no meu caminho, entendeu? que ela pensava na mulher, né”.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho é a diferenciação salarial entre homens e mulheres. O grupo Margaridas reflete que as mulheres que pertencem à mesma área de formação e trabalha a mesma carga horária que os homens ganham menos. Retificam que, na verdade, a mulher trabalha mais do que homem se for somado ao trabalho fora de casa o realizado no espaço doméstico, denunciando a dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres.

De forma diversa, as mulheres que ganham mais do que o homem também sofrem preconceito. São mal vistas socialmente, a começar pelo próprio marido que prefere a separação do que perder sua posição de provedor do lar. Subtende-se que a ruptura do modelo homem provedor/mulher dependente é algo que “fere” a

masculinidade do homem e que “ameaça” a posição hierárquica do homem no ambiente doméstico.

Por outro lado, as entrevistadas reconhecem que as mulheres conquistaram avanços no acesso à educação e ao exercício da sexualidade ao compararem a situação delas em relação às mulheres de décadas anteriores que tinham seu trânsito social limitado a esfera doméstica e com pouca liberdade sexual. Em relação aos avanços no campo da educação citam o aumento do nível de escolaridade das mulheres e a inserção delas no ensino superior em maior proporção do que os homens. Além disso, percebem as mulheres também tem tido mais oportunidade de acessar os cursos de pós-graduação e especialização.

Quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, refletem que as mulheres conquistaram um pouco mais liberdade, citando como exemplos o direito da mulher escolher se quer ou não ter filhos, com que idade ser mãe e com quem se relacionar sexualmente.

Por outro lado, o grupo reflete que o quadro de maior inserção de mulheres nos espaços educacionais não se repete dentro dos espaços políticos. Afirmam que isso não se deve a falta de interesse das mulheres, mas sim ao pouco reconhecimento delas nesse espaço (grupo Margaridas):

Y: E... e pra vocês quais são os maiores desafios das mulheres hoje assim? O quê que vocês consideram? O quê que elas precisam tá superando hoje?

Af: Trabalho. A igualdade no trabalho porque as mulheres trabalha a mesma coisa... a maioria dos trabalhos assim tipo... trabalha as mesma coisas que os homens, ainda ganha menos, né? A mesma carga horária, ainda ganha menos. Trabalha mais porque ainda chega em casa e ainda tem aquele rolo de coisa pra fazer e o salário, o reconhecimento, não tá tendo ainda assim... “ah, ela... ela faz e tal...” Mesmo que a mulher, se a mulher ganha mais do que o homem, o homem não aceita e ela acaba perdendo o emprego pra não perder o marido. A maioria das mulheres estão assim, você trabalha a mesma coisa e ganha bem menos. Às vezes a diferença é gritante de salário pela mesma classe social, no mesmo curso, no mesmo... e ganha bem menos. Eu acho que é isso.

Bf: Também acho que é... que eu... a nossa busca nesse momento é com relação a isso também que estudar a gente, hoje nós já superamos os homens no estudo, ó... e muito. As mulheres hoje são muito maioria nas faculdades, né? Inclusive acho que por conta dessa discriminação que teve a décadas atrás da mulher não poder estudar, da mulher não poder viver sua sexualidade. Então hoje com relação a isso a mulher já pode viver a sua sexualidade, entre aspas, claro, com mais liberdade, né? Pode escolher ter filho a hora que quer, se não quiser ter filho não tem; pode escolher o seu parceiro; pode... enfim, né? Vários ganhos nós tivemos com relação aos cursos também. Nós estudamos, se quiser continuar uma pós, vai; se quiser ir pro exterior, vai; lógico assim, né? eu estou aumentando, mas com relação ao trabalho, eu acho que está muito a desejar ainda. A gente...

Cf: Principalmente na área de política, né?

Bf: Exatamente. A gente está muito assim aquém do que a gente merecia, do que a gente... né? porque esforçadas nós somos, estudar nós estudamos, correr atrás nós corremos, tanto é que nos concursos públicos as mulheres também hoje estão em grande maioria também, mas até nisso, que são concursos públicos, às vezes depois que a pessoa entra que ela vai ver como é realmente. Então também acho que com relação ao trabalho ainda tem muito o que mudar.

Cf: Então eu concordo com o trabalho, ela já tinha falaram já tudo.

As reflexões das entrevistadas do grupo Maria da Penha centram-se em descrever as conseqüências negativas geradas pela independência financeira e pela maior liberdade sexual da mulher para o ambiente familiar. As entrevistadas que partem dessa visão consideram um “desvio de função” as mulheres dedicarem mais tempo para o trabalho e para seu lazer do que aos filhos e a família. Cf reflete que as mulheres que estão nesse caminho precisam de ajuda psicológica.

Além disso, Bf defende que as mulheres que não querem ter um parceiro fixo, mas apenas “ficar”, não deveriam ter filhos. Tal atitude não é vista como liberdade sexual, mas sim como libertinagem. Contrariando essa visão, Af afirma que nem todas as mulheres dão esse valor aos filhos e a família. Explica que muitas engravidaram muito novas e que depois que os filhos crescem elas querem aproveitar a vida. Para Af, oferecer as condições básicas de moradia e alimentação para os filhos e se fazer presentes quando necessário é o suficiente. Refletem que viver em função dos filhos não vale a pena porque depois que eles crescem e não se importam com a mãe.

Cf identifica que as mulheres de classe alta poderiam optar por trabalharem menos para poder ficar mais tempo com os filhos, mas que não o fazem para manter o alto padrão de consumo. Há uma associação da pouca presença da mãe ao envolvimento dos filhos com as drogas e a aproximação dos mesmos a pessoas de má índole. Indo contra essa visão de que a mulher deveria trabalhar menos para se dedicar aos filhos, Af defende que é direito da mulher escolher em quantos empregos trabalhar (grupo Margaridas):

Bf: Eu acho que a mulher assim se perdeu um pouco assim com a independência financeira dela, eu acho que ela confundiu muito assim liberdade com libertinagem, sabe, eu vejo assim: mulheres independentes que tem família, que mesmo que você não tem um companheiro, mas, você tem filhos, você precisa manter aquele núcleo, aquele relacionamento, aí o quê que acontece a mulher trabalha, os filhos ficam com excesso de liberdade, porque o tempo disponível que ela tem ela não administra assim, entre os filhos e o lazer dela aí ela fica só no lazer dela aí fica um lar totalmente desestruturado, assim, sem, sem disciplina, eu acho que a mulher meio que se perdeu nesse caminho aí, sabe? E as vezes apropriada mulher ela não quer ter um companheiro, porque ela quer ter essa liberdade, ah, hoje eu saio, fico com um, fico com outro, sabe? Eu posso estar sendo

preconceituosa, mas, eu não acho isso legal, eu acho que se a mulher quer isso ela não constitua família,então, porque, gente, o filho precisa de um pai, de uma mãe...

Cf: Essa precisa de acompanhamento psicológico

Cf: É a infância, a adolescência, ai, na fase adulta eu aprendi muito bem essa fase, essa aula na fase adulta daquelas.. ela quer essa liberdade..

Af: É porque tem muitas mulheres que teve filho cedo, teve que ser mãe muito cedo, não passou pela adolescência, então, não dava o valor total que você dá a família. Ela dando a casa pro filho dormir, alimento, ela estar lá na hora certa lá, ela acha, ela diz, não eu tenho o direito de ver, porque depois que eles crescem, não vão estar nem aí pra mim.

Bf: Mas, exige um acompanhamento, a te uma acerte idade exige, você quando põe um filho no mundo, você tem que ter essa consciência, entendeu?

Cf: Mas, amiga, quando ela tem que trabalhar, que ainda mora de aluguel, veja essa situação:, esse quadro: ela tem que trabalhar, mora de aluguel e ainda tem que cuidar de seus filhos, aí vem a justiça e entrega seus filhos pra mãe ate ela conseguir um emprego, como que essa mulher ela vai ter tempo de lazer?

Af: Ela ta falando as que tem oportunidade até de escolher..

Bf: É... tem delas por exemplo que trabalha um expediente só, NE? Ou outro tempo (???)

Bf: Tem pessoas que tem dois empregos altos, que poderia com um.

Af: Mas, ai é escolha dela.

Bf: Não é escolha dela, mas, é aí onde ta se perdendo, hoje em dia os adolescentes, principalmente, aqui em Brasília eu observei isso,olha,o pai trabalha, a mãe trabalha,o padrão de vida lá em cima, NE,e as vezes,eles tinham opção de trabalhar, ter uma carga horária menos, mas, eles não fazem isso, porque eles preferem a opção de ter, ah, eu tenho meu marido tem um marido eu tenho outro, tenho isso, tenho aquilo, mas,os filhos não tem, então, o filho ta muito mal acompanhado, ai o filho é viciado, anda com uma turma da pesada,porque não adianta fica ai a mercê dos outros, e dele mesmo, entendeu?
(confusão)

Bf: E isso que eu to falando que as mulheres nesse sentido, acho que elas mesmas que se perderam.

A afirmação de Bf e Cf de que as mulheres se "perderam" com a independência financeira revela uma demarcação do espaço da mulher que é o espaço doméstico e de cuidado dos filhos. Desse modo, observa-se uma visão de que a ida ao espaço público pela mulher é permitida contanto que isso não a afaste do ambiente doméstico.

5.1 CONCLUSÃO

Nessa seção estão sintetizadas as principais conclusões desse estudo cujo o objetivo foi analisar as orientações coletivas de mulheres que se formam Promotoras Legais sobre a experiência de participação no curso de formação de PLPs e como as temáticas de gênero são trabalhadas no seu cotidiano familiar, comunitário e profissional.

A análise dos relatos possibilitou identificar que a divulgação boca a boca do curso através de parentes, amigos/as da faculdade e vizinhos/as teve preponderância nos

relatos relacionados ao acesso das entrevistadas ao curso de PLPs, demonstrando que este tem sido um instrumento importante para manter as pessoas inteiradas do que acontece na comunidade e para promoção da troca de saberes.

No que se refere aos motivos que levaram as entrevistadas a participar do curso de PLPs foi identificada uma diferenciação destacando-se duas perspectivas que nortearam inserção no curso: A primeira está relacionada ao desejo de ampliar os conhecimentos quanto às questões de direitos das mulheres e poder realizar intervenções no âmbito comunitário. Tal perspectiva é expressa, principalmente, pelas entrevistadas que participam de algum grupo social. A segunda orientação, exposta por Bf, é norteada pelo interesse em preencher as horas para sua formação acadêmica. Essa motivação é identificada, sobretudo, nas entrevistadas que estão fazendo faculdade e que necessitam complementar o curso superior com atividades extracurriculares. Tais relatos demonstram, por um lado, orientações que se aproximam do objetivo do curso de Formação de PLPs que é formar mulheres multiplicadoras dos direitos nos diversas esferas sociais (família, comunidade, profissão) e, por outro lado, orientações que seguem mais uma óptica utilitarista do curso voltada para a resolução de uma questão prática que é conseguir as horas para complementar a carga horária da faculdade.

No trecho relacionado aos motivos que levaram as entrevistadas a fazer o curso de formação de PLPs, foi iniciada a discussão sobre a reduzida quantidade de mulheres donas de casa que participam do curso de PLPs. O grupo percebe que esse segmento de mulheres tem dificuldade de chegar ao curso, bem como, em outros espaços promotores dos seus direitos. Tal dificuldade está relacionada à falta de conhecimento dos seus direitos e o medo de sair em busca destes.

No que se refere à percepção das PLPs sobre a temática da violência doméstica, as entrevistadas denunciam o preconceito social e a falta de suporte do Estado em relação às mulheres vítimas de violência. Identificam o despreparo dos profissionais das delegacias para o atendimento e orientação desse público, a falta de estrutura das instituições de atendimento e de acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica e o número reduzido de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Para as entrevistadas, a junção desses fatores faz com que as mulheres se vejam obrigadas a voltar a viver com o agressor e se submetam novamente à situação de violência.

O panorama retratado pelas entrevistas representa um descumprimento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) a qual estabelece que o Estado deve adotar políticas de prevenção e repressão da violência contra a mulher a fim de garantir os direitos humanos das mulheres na esfera pública e privada. Tal incoerência também é identificada no caso das mulheres vítimas de violência doméstica que dependem economicamente do agressor, as quais deveriam ser beneficiadas pelas políticas de assistência, como, por exemplo, através da sua inscrição nos programas de assistência social, conforme o art. 9º da Lei Maria da Penha.

A falta de preparo das instituições de atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica é incompatível com o que está previsto na proposta da política de enfrentamento da violência doméstica. Tal proposta prevê em suas diretrizes a capacitação das polícias Civil e Militar e dos profissionais pertencentes ao Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública quanto às questões de gênero.

Quanto à atuação social, identifica-se que as entrevistadas têm multiplicado os saberes dentro da sua comunidade através da orientação e mobilização das mulheres. Ao mesmo tempo, elas têm levado as discussões sobre gênero e sexualidade para o ambiente familiar contribuindo para desconstrução de situações de violência e preconceito presentes nas relações familiares.

Em relação aos desafios enfrentados pelas mulheres, destacam a falta de reconhecimento dos direitos das mulheres no mercado de trabalho fazendo referencia a diferenciação salarial em função do sexo. Identificam que a dificuldade de acessar o mercado de trabalho se potencializa para as mulheres acima dos 35 anos devido ao preconceito geracional. Tendo isso em vista, apontam que o reconhecimento em relação às mulheres está muito aquém do que nos merecemos de modo que é necessário um novo olhar que desmistifique a idéia de que o espaço público pertence aos homens.

A partir da análise do conjunto das orientações das Promotoras Legais Populares em formação, identifica-se alguns caminhos a serem percorridos para que, de fato, os direitos das mulheres sejam promovidos. O primeiro caminho indicado pelas entrevistadas está relacionado à criação de mecanismos que possibilitem as mulheres tomarem consciência dos seus direitos e o seu empoderamento. Uma segunda via, diz respeito à criação de uma rede articulada de serviços que possibilitem as mulheres terem garantidos seus direitos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOHNSACK, Ralf e WELLER, Wivian. **O método documentário e sua utilização em grupos de discussão**. Educação em foco Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p 19-38, 2006 [www://WWW.faced.ufjf.br/educacaoemfoco/integraartigo.asp?p=17,1](http://WWW.faced.ufjf.br/educacaoemfoco/integraartigo.asp?p=17,1)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RICOLDI, Arlene Martinez. *Gênero e Cidadania - A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFL CH/USP).

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política**, In. MELO, Hildete P. PISCITELLI, Adriana, (org.) Olhares Feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009 (Coleção Educação para Todos; v.10).

COSTA, Renata e GIMENES, Livia. **A educação jurídica popular como porta da rua: a experiência das Promotoras Legais Populares do Distrito Federal**, 2009

COSTA, Renata, GIMENES, Livia, ARAÚJO, Olga Brigitte. **Direitos Humanos e Gênero: a experiência das Promotoras Legais Populares no DF**, ANDHEP, 2010

PASSEGGI, Maria da Conceição, **As duas faces do memorial acadêmico**.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html.

TOKARSKI, Carolina. **A extensão nos cursos de direito à luz do humanismo dialético: a experiência do Projeto Promotoras Legais Populares**. Monografia de final de curso. Brasília, UnB: 2007.

UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**, 2006

WELLER, Wivian. **A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos**. Sociologias. Porto Alegre, v. 7, nº. 13, p. 260 -300: 2005b.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

<http://www.promotoraslegaispopulares.org.br/>

ANEXOS

ANEXO I - Roteiro - Grupos De Discussão

Tópico guia com questões para os grupos de discussão

BLOCO TEMÁTICO	PERGUNTA	OBJETIVO
A Busca Pelo Curso De Formação De PLPS	Gostaria que falassem como chegaram ao Curso de formação de PLPs e quais motivos levaram vocês a querer se tornar PLPs?	Conhecer os motivos pessoais que levaram a procurar o curso de PLPs e expectativas sobre o Curso
Enfrentamento da Violência Contra A Mulher: possibilidades e Limites	Vocês se sentem preparadas para lidar com as situações de discriminação e violência contra a mulher, sabem onde procurar apoio e informação?	Conhecer as percepções das PLPs sobre o enfrentamento da violência contra a mulher.
Aplicação dos conhecimentos no cotidiano comunitário, profissional e Familiar	Vocês têm conseguido trabalhar os temas do curso no seu cotidiano familiar, profissional ou comunitário? Falem sobre isso.	Verificar como tem sido para as PLPs colocarem em prática os saberes apreendidos durante o curso, quais os sucessos e desafios.
Desafios a serem superados pelas mulheres	Para vocês, quais os maiores desafios a serem superados pelas mulheres atualmente?	Identificar a percepção das PLPs sobre promoção dos direitos das mulheres.

ANEXO II - Questionário

PREZADAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES, ESTAMOS DESENVOLVENDO UMA PESQUISA SOBRE AS PERCEPÇÕES DE MULHERES INSERIDAS EM ESPAÇOS DE DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PROMOÇÃO DAS MULHERES. **TODAS AS INFORMAÇÕES SERÃO TRATADAS COM RIGOR E SIGILO.** NOMES E LOCAL DE RESIDÊNCIA NÃO SERÃO DIVULGADOS.

Data: Local:

Nome:

Idade:Sexo: feminino () Cor/Etnia.....

Estado civil: solteiro/a () casado/a () separado/a () outros.....

Tem filhos? sim () não () número de filhos:.....

Tem irmãos/ãs?sim () não () número de irmãos/ãs:.....

Religião:.....

Cidade em que nasceu: Estado:

Nome do local em que vive atualmente:.....

Há quanto tempo vive nessa região?.....

Cidade de nascimento da mãe:Estado:.....

Cidade de nascimento do pai:Estado:

Moradia

Como mora? Com os pais () com o companheiro/a () com parentes ()

Outros:.....

.

Escolaridade:

Primeiro Grau/ Ensino Fundamental: completo () incompleto ()

Segundo Grau/ Ensino Médio: completo () incompleto ()

Ensino superior: completo () incompleto ()

Qual curso?

Pós-graduação: completo () incompleto ()

Qual área?

Situação atual:

Estuda () trabalha ()

Caso esteja trabalhando, qual a profissão/atividade que está exercendo?.....

Caso esteja trabalhando, tem dedicação de quantas horas semanais?.....

Qual é o valor da sua renda mensal e/ou mesada?.....

Participação em grupos:

Você faz parte de algum grupo ou associação? sim () não ()

Se sim, quais são as principais atividades realizadas pelo grupo do qual participa?.....

.....

.

Há quanto tempo você está nesse grupo?.....

Quantas vezes na semana costumam se encontrar?.....

Onde costumam se encontrar?